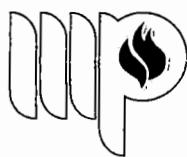


EX-09



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

52

Dispensa: 127/2017

Simp da dispensa: 23210/2017

Contrato: 120/2017

Localização: Pavilhão

PROCESSO

Nº 52

DATA / /

SECRETARIA OU ÓRGÃO

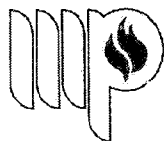
UNIDADE DE ORIGEM

AUTOR OU INTERESSADO

Ricardo Nascimento dos Santos

ASSUNTO

Locação de Imóvel



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

URGENTE

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça

Número: **003.0.23210/2017** Original

Nº Apenso **003.0.10878/2017**

Data: 18/9/2017 Hora: 16:29

Qt. Vol.: Recebido por: eunice

Assunto/Área 930071: Gestão de Materiais, Patrimônio e Serviços
Prestação de Serviços

Movimento 920341: REQUERIMENTO/ SOLICITAÇÃO*

**AUTORIZAÇÃO PARA DISPENSA DE LICITAÇÃO
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

*de acordo com a taxonomia da Tabela de gestão Administrativa do CNMP

VALOR LIMITE: R\$8.000,00 (Lei nº 9.433/2005 e Decreto nº 17.306 de 28/12/2016)

Unidade executora: DIRETORIA ADMINISTRATIVA		Número da autorização: DA-127/2017		
Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS		Finalidade/objetivo da contratação/aquisição: DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA PJ DE PARIPIRANGA		
Fundamentação legal: Lei nº 9.433/05, art. 59, incisos: <input type="checkbox"/> I - Obras e serviços de engenharia, desde que não se refiram a uma mesma obra/serviços ou de mesma natureza e local que possa ser realizado conjunta e concomitantemente <input type="checkbox"/> II - Contratação de serviços e compras, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço/compra de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez <input checked="" type="checkbox"/> Outros: <div style="text-align: right;">(Obrigatório anexar parecer jurídico e publicar na imprensa oficial.)</div>				
PROPOSTAS APRESENTADAS/ORÇAMENTOS ANEXOS:				
Nº de ordem	Item	Fornecedor (Nome/razão social)	Valor total (R\$)	Prazo de entrega
01	LOCAÇÃO DE IMÓVEL URBANO, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS	RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS	111.600,00	-
Observação: caso o espaço não seja suficiente para as propostas, utilizar o formulário próprio para anexos.				

ARQUIVO

Critério de seleção dos fornecedores de acordo com o objeto, finalidade, objetivo e avaliação das propostas apresentadas:

Proposta escolhida

Fornecedor (nome/razão social)	Endereço	CPF/CNPJ	Valor (R\$)
RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS	PRAÇA RUI BARBOSA, 07, FÁTIMA-BA	023.387.595-67	111.600,00

Anexar prova de regularidade do fornecedor escolhido com as Fazendas federal, estadual e municipal (Lei 9.433/2005, art. 65, § 3º, incisos XII e XIII)

Responsável pela Unidade Executora (nome, data, carimbo e assinatura):

[Assinatura]
Diretor Administrativo

Informação orçamentária da despesa

Projetos, atividades e código da Unidade Gestora	Código/ação/região/fonte	Elemento da despesa	Saldo de dotação
MANUTENÇÃO DA UNIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO	122.503.2047	33.90.36.00	R\$ 266.163,88

Responsável pela informação:

[Assinatura]
M^{te} Amalia B. Franco
Gerente
Cad. 357.06/17

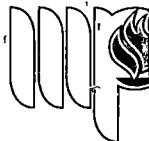
Responsável pela Unidade Gestora:

[Assinatura]
José Marques Neto
Diretor Administrativo

Autorização do Superintendente ou Coordenador da Regional:

[Assinatura]
Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Adm.
*Utilizar impressão frente e verso



Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: **003.0.10878/2017** Original
Data: 12/5/2017 Hora: 14:43

Qt. Vol.: Recebido por: mariana.abreu



MINISTÉRIO PÚBLICO DO E

OFÍCIO Nº 202/2017.

PARIPIRANGA/BA, 10 de Maio de 2017.

DO: Promotor de Justiça da 1ª Promotoria da Comarca de Paripiranga.

PARA: Excelentíssima Procuradora Geral de Justiça do Estado da Bahia.

Digníssima Senhora Procuradora Geral,

Venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência que nesta data a Sra. Sheila Andrade Mendonça, após ter promovido a investidura como Delegatária no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Paripiranga, ela já retirou todos os móveis e livros de registros da sala onde funcionava o Cartório de Registro das Pessoas Naturais e os levou para uma sala alugada no comércio da cidade. Inclusive, já começou o atendimento ao público na expedição de certidões solicitadas.

Consequentemente, a partir desta data, a ampla sala localizada no Fórum de Paripiranga já está vazia, podendo os juízes André Andrade Vieira e Deborah Cabral Melo de Almeida utilizá-la visando suprir a necessidade vivenciada pelo Poder Judiciário mencionada pela Assessora Especial em sua decisão administrativa, que, violando a Lei Orgânica do Ministério Público e a Lei Orgânica da Organização Judiciária, ambas do Estado da Bahia, determinou até o dia 07 de agosto de 2017 para o signatário desocupar a sala onde funciona no fórum a 1ª Promotoria de Justiça. Portanto, havendo uma ampla sala vazia no fórum, não há mais motivação plausível para o signatário desocupar a sala onde funciona a 1ª Promotoria.

Ademais, em janeiro de 2019, ao repassar a atribuição da Justiça Eleitoral da Comarca de Paripiranga para a sua colega Ana Patrícia Vieira Chaves Melo, o signatário entrará com requerimento de aposentadoria, uma vez que estará com 64 anos, com 44 de contribuição previdenciária e 24 no exercício do cargo de promotor de Justiça, preenchendo todos os requisitos legais para se aposentar, quando será a oportunidade mais adequada para desocupar definitivamente a sala onde trabalha no fórum.

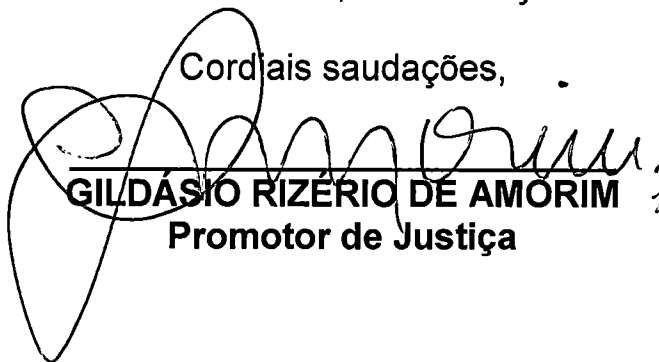
Ante ao exposto, solicita a Vossa Excelência a possibilidade da adoção das medidas administrativas necessárias perante à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia para impedir a desocupação da sala instalada no Fórum da Comarca de Paripiranga onde, há mais de 24 anos, funciona plenamente a 1ª Promotoria de Justiça, uma vez que a desocupação, além de ser ilegal por violar a Lei Orgânica do Poder Judiciário e a do Ministério Público, ambas do Estado da Bahia, também não há necessidade de ser desocupada, inclusive a partir desta data uma enorme sala acha-se desocupada pela retirada do Cartório de Registro das Pessoas Naturais.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

À oportunidade, consigno perante Vossa Excelência protestos de elevada estima, consideração e respeito.

Cordiais saudações,


GILDASIO RIZÉRIO DE AMORIM
Promotor de Justiça

EXMA. SRA. DRA.
EDIENE SANTOS LOUSADO
DD. PROCURADORA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
CENTRO ADMINISTRATIVO DA BAHIA
5ª AVENIDA, Nº 750
SALVADOR/BA
CEP: 41.745 – 004



Associação do Ministério Público do Estado da Bahia

OF. EXT.

Nº. 097/2017

GAB. PRES.

Ref: OF. EXT. 011/2017 (SIMP n. 003.0.1252/2017)

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça

Número: **003.0.12458/2017** Original
Data: 29/5/2017 Hora: 16:14

Qt. Vol.: Recebido por: cristianeveloso



Salvador, 29 de maio de 2017.

A Sua Excelência a Senhora

EDIENE SANTOS LOUSADO

Procuradora-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado da Bahia

5ª Avenida do CAB, nº 750.

Salvador-BA - CEP 41.745-004

Senhora Procuradora-Geral de Justiça,

Cumprimentando-a cordialmente, a Associação do Ministério Público da Bahia informa a Vossa Excelência ter recebido novo expediente oriundo da 1ª Promotoria de Justiça de Paripiranga, o Ofício n. 208/2017, em que o Nobre Titular disserta sobre a demanda do Judiciário de desocupação da sala do Fórum em que funciona a aludida Promotoria de Justiça.

Por meio do OF. EXT. n. 011/2017 (SIMP n. 003.0.1252/2017), a AMPEB encaminhou a Vossa Excelência a notícia trazida pelo Promotor de Justiça, segundo o qual, através do Ofício n. 011/2016, os Juízes de Direito daquela Comarca haviam concedido prazo até 06/02/2017 para desocupação da sala do Fórum em que funciona a aludida Promotoria de Justiça.

Narrava o expediente que o imóvel externo ao Fórum de Paripiranga em que funciona a 2ª Promotoria de Justiça da Comarca não seria suficiente a albergar as duas unidades do Ministério Público.

No Ofício n. 208/2017, o Titular da 1ª Promotoria de Paripiranga informa que o Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais da Comarca já teria deixado a sede do Fórum, o que resolveria a demanda por espaço do Judiciário e, em seu entender, deixaria de justificar a desocupação da sala em que funciona a unidade ministerial.

Sobre a matéria vale reiterar ser pertinente a Resolução 114/2010 do CNJ, que versa sobre a possibilidade de estrutura de apoio nos fóruns para o Ministério Público e órgãos afins à Justiça, demandando, a depender do porte da Comarca, diálogo interinstitucional.

Consideradas tais informações recebidas nesta Associação de Classe, e vislumbrando que os Membros do Ministério Público disponham de espaço e estrutura adequadas ao exercício das suas funções, a AMPEB requer a Vossa Excelência a adoção de providências administrativas e interinstitucionais para a continuidade adequada dos trabalhos ministeriais nas duas Promotorias de Justiça na Comarca de Paripiranga.

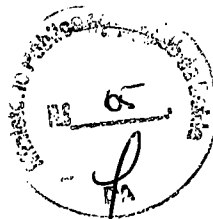
Renovando votos de estima, respeito e elevada consideração,


JANINA SCHUENCK Brantes Sacramento

Presidente da AMPEB

Boulevard América, 59, Jardim Baiano - Tel/Fax: (071) 3320-2300
CEP 40050-320 - Salvador - Bahia
Home Page: <http://www.ampeb.org.br>
e-mail: ampeb@ampeb.org.br

AMPEB



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

OFÍCIO Nº 208/2017.

PARIPIRANGA/BA, 10 de Maio de 2017.

DO: Promotor de Justiça da 1ª Promotoria da Comarca de Paripiranga.

PARA: Excelentíssima Presidente da AMPEB.

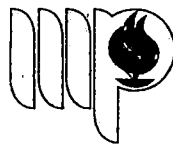
Digníssima Senhora Presidente,

Venho por meio deste comunicar a Vossa Excelência que nesta data a Sra. Sheila Andrade Mendonça, após ter promovido a investidura como Delegatária no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Paripiranga, ela já retirou todos os móveis e livros de registros da sala onde funcionava o Cartório de Registro das Pessoas Naturais e os levou para uma sala alugada no comércio da cidade. Inclusive, já começou o atendimento ao público na expedição de certidões solicitadas.

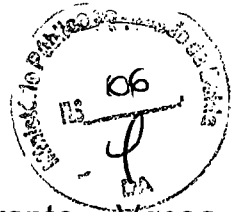
Consequentemente, a partir desta data, a ampla sala localizada no Fórum de Paripiranga já está vazia, podendo os juízes André Andrade Vieira e Deborah Cabral Melo de Almeida utilizá-la visando suprir a necessidade vivenciada pelo Poder Judiciário mencionada pela Assessora Especial em sua decisão administrativa, que, violando a Lei Orgânica do Ministério Público e a Lei Orgânica da Organização Judiciária, ambas do Estado da Bahia, determinou até o dia 07 de agosto de 2017 para o signatário desocupar a sala onde funciona no fórum a 1ª Promotoria de Justiça. Portanto, havendo uma ampla sala vazia no fórum, não há mais motivação plausível para o signatário desocupar a sala onde funciona a 1ª Promotoria.

Ademais, em janeiro de 2019, ao repassar a atribuição da Justiça Eleitoral da Comarca de Paripiranga para a sua colega Ana Patrícia Vieira Chaves Melo, o signatário entrará com requerimento de aposentadoria, uma vez que estará com 64 anos, com 44 de contribuição previdenciária e 24 no exercício do cargo de promotor de Justiça, preenchendo todos os requisitos legais para se aposentar, quando será a oportunidade mais adequada para desocupar definitivamente a sala onde trabalha no fórum.

Ante ao exposto, solicita a Vossa Excelência a possibilidade da adoção das medidas administrativas necessárias perante à Presidência do Tribunal de Justiça da Bahia para impedir a desocupação da sala instalada no Fórum da Comarca de Paripiranga onde, há mais de 24 anos, funciona plenamente a 1ª Promotoria de Justiça, uma vez que a desocupação, além de ser ilegal por violar a Lei Orgânica do Poder Judiciário e a do Ministério Público, ambas do Estado da Bahia, também não há necessidade de ser desocupada, inclusive a partir desta data, uma enorme sala acha-se desocupada pela retirada do Cartório de Registro das Pessoas Naturais.

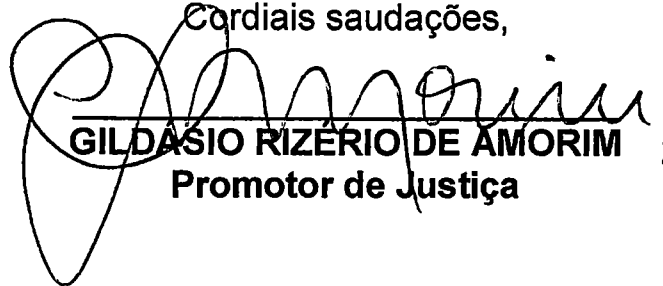


MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

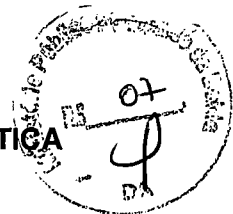


À oportunidade, consigno perante Vossa Excelência protestos de elevada estima, consideração e respeito.

Cordiais saudações,


GILDASIO RIZERIO DE AMORIM
Promotor de Justiça

EXMA. SRA. DRA.
JANINA SCHUENCK BRANTES SACRAMENTO
DD. PRESIDENTE DA AMPEB – ASSOCIAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA
RUA BOULEVARD AMÉRICA, Nº 59
JARDIM BAIANO
BAIRRO NAZARÉ
SALVADOR/BA
CEP: 40.050 – 320



CÓPIA

Of. nº 0914/17- GPGJ
Procedimento nº 003.0.3141/2017
(Favor fazer referência a este número)

Salvador, 04 de abril de 2017.

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora Maria do Socorro Barreto Santiago
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
NESTA

Senhora Presidente,

Ao cumprimentá-la respeitosamente, encaminhamos ao conhecimento dessa Ínclita Presidência a documentação anexa, no bojo da qual consta solicitação enviada pelos membros do Poder Judiciário estadual com atuação na Comarca de Paripiranga ao titular da 1ª Promotoria de Justiça local, visando à desocupação do espaço cedido ao Ministério Público no Fórum daquele município, pelas razões delineadas na comunicação em referência.

Não obstante os argumentos entabulados pelos magistrados, colhemos da oportunidade para, respeitosamente, encarecer a Vossa Excelência os bons préstimos no sentido avaliar a possibilidade de intervir na solução da situação descrita, com vistas à viabilização da permanência do Ministério Público no Fórum de Paripiranga - com amparo no Decreto Judiciário Nº 495, de 8 de agosto de 2014 – ainda que, provisoriamente, a permanência seja até o final do ano de 2017, para que seja viabilizada reinstalação da Promotoria de Justiça em questão.

Impende salientar, inclusive, que esta Procuradoria Geral de Justiça rogou previamente à Corregedoria das Comarcas do Interior desse Tribunal ajuda para reconsideração da decisão, contudo, infelizmente não foi possível atender àquele pedido, conforme decisão, anexa.

Consabido, são diversas as contingências enfrentadas por este *parquet* para instalar adequadamente as Promotorias de Justiça locais, quer pelas severas restrições orçamentárias ora experimentadas, quer pela dificuldade de identificação naquele município de imóvel que comporte as instalações ministeriais – ressaltando que o imóvel que abriga a 2ª Promotoria local, alugado após longo processo de pesquisa e adequação, não apresenta espaço ou condições mínimas para instalação de outra Promotoria de Justiça.

Destarte, sendo indubitoso o efeito positivo da proximidade entre Ministério Público e Poder Judiciário para o acesso e funcionamento do sistema de justiça naquele município, e, certos de contar com a habitual sensibilidade e atenção dessa Presidência na compreensão e trato de assuntos da relevância do que se põe no presente documento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos e tratativas complementares que reputar necessários, ao tempo em que reiteramos nossos votos de respeito, consideração e estima.

CÓPIA

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

CÓPIA OF. ANTERIOR

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



Paripiranga, em decorrência do que culminam por envolver desnecessariamente os Magistrados da mesma Comarca, acarretando-lhes problemas que resvalam da órbita jurisdicional.

Relatados, decido.

A despeito da competência institucional desta Corregedora para conhecer e decidir acerca do pedido de reforma da decisão indigitada, mormente diante da não reconsideração da mesma por parte da Magistrada Assessora que a proferiu, tratando-se do exame de matéria recursal incumbe restringir-se a cognição aos aspectos que motivaram a ordem de arquivamento sem pretensão de revolver as questões relativas aos fatos propiciadores do feito.

No particular, portanto, em que pese a previsão da utilização dos espaços físicos do Poder Judiciário por parte dos Representantes do Ministério Público para o desempenho das suas atividades, seja na LOJ-Lei de Organização Judiciária do Estado da Bahia ou na Lei Complementar nº 11 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado da Bahia), não se pode olvidar que se trata de espécie de "cessão de uso", figura prevista do Regime Jurídico de Direito Administrativo, e, portanto, inserto no âmbito da atividade administrativa do Poder Judiciário.

Na preleção de Hely Lopes Meirelles, a cessão de uso que se caracteriza por ser um ato de colaboração entre repartições públicas, *in verbis litteris*:

"Cessão de uso é a transferência gratuita da posse de um bem público de uma entidade ou órgão para outro, a fim de que o cessionário o utilize nas condições estabelecidas no respectivo termo, por tempo certo ou indeterminado. É ato de colaboração entre repartições públicas, em que aquela que tem bens desnecessários aos seus serviços cede o uso a outra que deles está precisando. (...) A cessão de uso entre órgãos da mesma entidade não exige autorização legislativa e se faz por simples termo e anotação



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

CÓPIA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2017/01753

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

INTERESSADO: GILDÁSIO RIZÉRIO DE AMORIM

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de expediente encaminhado pelo Promotor de Justiça da Comarca de Paripiranga-BA, Bel. GILDÁSIO RIZÉRIO DE AMORIM, por meio do qual pleiteia às fls. 64/65, a reforma da decisão proferida às fls. 57/61 pela M.M. Juíza Assessora Especial desta Corregedoria das Comarcas do Interior, Bela. Angela Bacellar Batista, que determinou o arquivamento do presente expediente por não vislumbrar no caso: *"fato que mereça a nomenclatura de ato jurídico lesivo de prerrogativas ministeriais, e, por consequência a instauração da instância disciplinatória contra Juiz ou Servidor da Comarca de Paripiranga-BA"*.

Cinge-se no plano fático que os Juízes da Comarca de Paripiranga, Bel. André Andrade Vieira e Bela. Deborah Cabral Melo de Almeida, através de expediente conjunto, cuja cópia foi colacionada pelo próprio Reclamante às fls. 06/07, requereram a desocupação da sala ocupada pela 1ª Promotoria de Justiça no Fórum da Comarca de Paripiranga, fundamentando o pedido na necessidade de ampliação do espaço físico destinado à acomodação dos processos em cotejo com a existência de sede própria destinada na localidade às instalações do *Parquet*.

Subjacente às razões de ordem administrativa e institucional, é possível entrever a ocorrência de enteveros pessoais e discordâncias recíprocas entre os próprios membros do Ministério Público que atuam na Comarca de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



ÓPIA

cadastral, pois é ato ordinário de administração através do qual o Executivo distribui seus bens entre suas repartições para melhor atendimento do serviço. (...) Em qualquer hipótese, a cessão de uso é ato de administração interna que não opera a transferência de propriedade e, por isso, dispensa registros externos.[1]"

[1] MEIRELLES. Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 21ª. Ed. Malheiros Editores: São Paulo, 1996, p. 442.

Destarte, ainda que invocada a previsão legislativa, a cessão do espaço físico por parte do Poder Judiciário para o órgão do Ministério Público prescinde de tal autorização, justificando-se tão somente na ocorrência do excedente e na manutenção dos termos e condições necessários ao uso.

Implicita à relação intrínseca estabelecida entre ambas as instituições, e, apta a legitimar tal cooperação está o rigor da observância do conciliarismo e do respeito recíproco, não sendo crível nem razoável que as instâncias mais altas do Poder Judiciário sejam forçadas a administrar problemas de jaez pessoal adversos ao espírito de colaboração que se espera obter das autoridades públicas, até porque, a manutenção de tais princípios exsurge como um dos elementos primaciais para a continuidade da cessão de uso.

Na esteira desse entendimento, no que pertine ao conteúdo da decisão atacada, ao contrário do que depõe o pretendente, não considero possível concluir pela existência de margem de desacerto, mas, de modo contrário, da análise do *decisum*, verifico que a questão foi escoreita e amplamente analisada, não havendo elementos capazes de justificar de modo plausível sua reforma, até porque, como bem ponderou a Juíza Assessora em seu teor, trata-se de questão afeta à atividade administrativa do Poder Judiciário, e, cujos Magistrados locais, inclusive na qualidade de Juizes Diretores do Foro, mais próximos da realidade subjacente, estão mais aptos a deliberar acerca dos critérios da oportunidade e conveniência da manutenção ou não da cessão de uso de que trata o caso.

Ante o exposto, diante da pertinência e argumentação externadas no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

pronunciamento retro e supra da Juíza Assessora Especial da Corregedoria das Comarcas do Interior - 1ª Região, Bela. Angela Bacellar Batista, satisfeitos os requisitos quanto ao juízo de admissibilidade, acolho a fundamentação ali proposta, para indeferir o pedido de reforma da decisão que determinou o arquivamento do presente expediente às fls. 57/61, ao tempo em que declaro mantida a ordem e determino o seu cumprimento.

Publique-se. Intime-se e cumpra-se.

Em 15/03/2017

CYNTHIA MARIA PINA RESENDE
DESEMBARGADORA CORREGEDORA DAS COMARCAS DO INTERIOR





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA



CÓPIA

FOLHA DE INFORMAÇÃO

PROCESSO Nº: TJ-ADM-2017/01753

REQUERENTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA

INTERESSADO: GILDÁSIO RIZÉRIO DE AMORIM

ASSUNTO: Pedido, oferecimento e informação diversos

CONSIDERANDO A PUBLICAÇÃO DA DECISÃO DE FL.69/72,
DISPONIBILIZADA NO DJE DE 17/03/2017, RETORNE-SE À SERP/CCI.

Em 17/03/2017

ALESSANDRA DA SILVA MACHADO CUNHA
CHEFE DE SERVIÇO

TJADM201701753V01



5ª Avenida do CAB, nº 560, Salvador, Bahia, CEP: 41745-971 - Tel: (71) 3372-5686



Documento reconhecido pelo Tribunal de Justiça da Bahia, autorizado por: ALESSANDRA DA SILVA MACHADO CUNHA.
Documento Nº: 238990.5753266-8007 - Consulta à autenticidade em <http://www.tjba.jus.br/siga/consultapublica>



CÓPIA

Of. n. 0292/2017 – GPGJ
SIMP Nº 003.0.291/2017
(Favor fazer referência a este número)

Salvador/BA, 30 de janeiro de 2017.

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende
Corregedora das Comarcas do Interior – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
5ª AV. DO CAB, Nº 560. SALVADOR/BA - BRASIL - CEP 41745-971

Senhora Corregedora,

Ao cumprimentá-la respeitosamente, encaminhamos ao conhecimento desse íncrito órgão correcional a documentação anexa, no bojo da qual consta solicitação enviada pelos membros do Poder Judiciário estadual com atuação na Comarca de Paripiranga ao titular da 1ª Promotoria de Justiça local, visando à desocupação do espaço cedido ao Ministério Público no Fórum daquele município, pelas razões delineadas na comunicação em referência.

Come efeito, não obstante os argumentos entabulados pelos magistrados, colhemos da oportunidade para, respeitosamente, encarecer a Vossa Excelência os bons préstimos no sentido avaliar a possibilidade de intervir na solução da situação descrita, com vistas à viabilização da permanência do Ministério Público no Fórum de Paripiranga - com amparo no Decreto Judiciário Nº 495, de 8 de agosto de 2014 - considerando, sobretudo, as diversas contingências enfrentadas por este *parquet* para instalar adequadamente as Promotorias de Justiça locais, quer pelas severas restrições orçamentárias ora experimentadas, quer pela dificuldade de identificação naquele município de imóvel que comporte as instalações ministeriais – ressaltando que o imóvel que abriga a 2ª Promotoria local, alugado após longo processo de pesquisa e adequação, não apresenta espaço ou condições mínimas para instalação de outra Promotoria de Justiça.

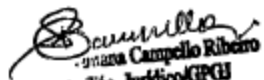
Destarte, sendo indubitoso o efeito positivo da proximidade entre Ministério Público e Poder Judiciário para o acesso e funcionamento do sistema de justiça naquele município, e, certos de contar com a habitual sensibilidade e atenção dessa Corregedoria na compreensão e trato de assuntos da relevância do que se põe no presente documento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos e tratativas complementares que reputar necessários, ao tempo em que reiteramos nossos votos de respeito, consideração e estima.

CÓPIA

EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

DESPACHO

De ordem da Exma. Procuradora-
Geral de Justiça, à SGA para
manifestação. 02/06/2017.


Mariana Campello Ribeiro
Adv. Téc.-Jurídico/CPJ
Mat. 353.006



DESPACHO

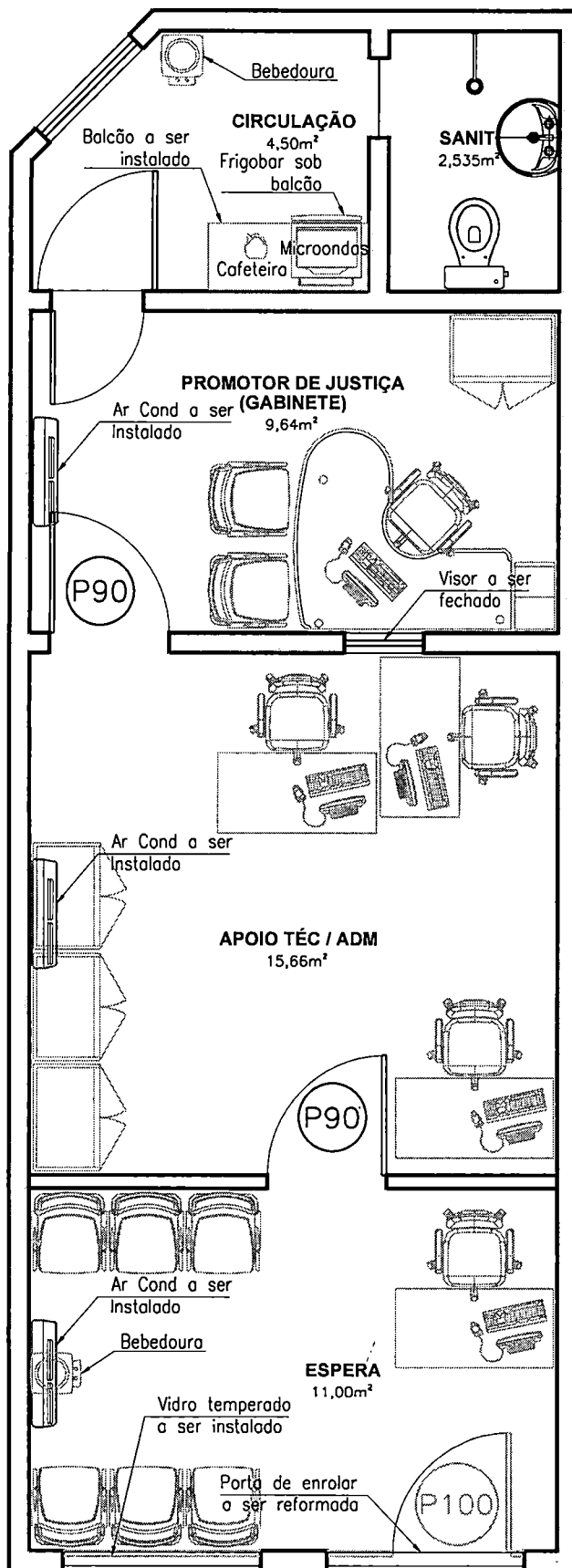
De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, em razão da decisão proferida no processo nº TJ-ADM-2017/01753, indeferindo o pedido de reforma da decisão que determinou a desocupação da sala ocupada pela 1ª Promotoria de Justiça, no Fórum da Comarca de Paripiranga, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para conhecimento e manifestação sobre a possibilidade de locação de imóvel que comporte as instalações da 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Paripiranga.

Após, retorne-se o presente expediente a esta Superintendência de Gestão Administrativa.

Em 19/06/2017

Célia Cintia Santos
Assistente Técnico-Administrativo

33



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

www.mp.ba.gov.br

OBRA

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPIRANGA

ASSUNTO

PLANTA DE LAYOUT

**SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA**

ESCALA 1/50

DATA OUT 2014

REVISÃO 00

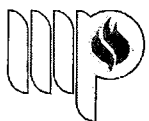
RESP. LEONARDO ARAÚJO

TIPO

ESTUDO

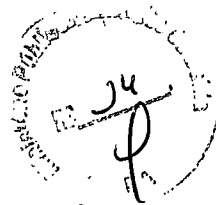
FORMATO: A4

ARQUIVO:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

URGENTE



CI nº 058/2017 - SGA

Ministério Público do Estado da Bahia
Procuradoria-Geral de Justiça
Número: **003.0.15088/2017** Original
Data: 28/6/2017 Hora: 16:46

Qt.Vol.: Recebido por: jvieira

A Sua Excelência a Senhora
EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora Geral de Justiça do MPBA
Nesta

Assunto: Situação Imóvel PJ Paripiranga

Excelentíssima Senhora,

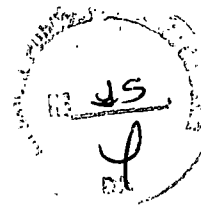
Encaminho a Vossa Excelência e-mail anexo da servidora, Yvelyse Silva Moraes, lotada na 2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga, o qual informa que, apesar de todos os esforços, até o momento ela não conseguiu identificar um imóvel adequado para alugar e instalar as Promotorias de Justiça da referida Comarca.

Assim sendo, como o prazo estipulado pelo Tribunal de Justiça do Estado da Bahia para a desocupação do Fórum seria dia 07/08/2017, sugiro a Vossa Excelência solicitar a prorrogação do prazo para dia 31/12/2017, no sentido de termos tempo hábil para providenciar a locação do imóvel e realizar a mudança.

Atenciosamente,

JOSIAS MARQUES NETO
Superintendente de Gestão Administrativa em exercício

Mudança de sede - Paripiranga



Yvelyse Silva Moraes

qua 28/06/2017 09:59

Para: Josias Marques de Lima Neto <josias.neto@mpba.mp.br>;

Prezado Josias,

Apesar dos esforços que estão sendo empreendidos na procura de um imóvel para as Promotorias de Justiça de Paripiranga, informo que, até a presente data, não logramos êxitos em encontrar um prédio que nos atenda. A oferta de alugueis em Paripiranga é pouca, visto que a cidade acolhe uma grande quantidade de estudantes vindos de outros interiores para estudar na Faculdade AGES, além disso, a maioria dos imóveis não possuem mínimo de estrutura para funcionamento do Ministério Público, bem como não têm escritura. O pouco tempo é outra dificuldade, mas vamos continuar priorizando a procura de um local e te manteremos informado da situação.

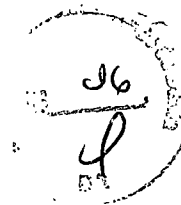
Atenciosamente,

Yvelyse Silva Moraes

2ª Promotoria de Justiça de Paripiranga

Tel.: 75 3279-2489

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.



Ref. SIMP nº.: 003.0.15088/2017

DESPACHO

- De ordem da Chefia de Gabinete, em vista encaminhamento do Ofício nº 1595/17 – GPGJ, retorne-se o presente expediente à Diretoria Administrativa para acompanhamento.

Em 29 de junho de 2017

ALICE PARADA COSTA
Assessoria Técnico-Jurídica
Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça
Mat. 353.628

Ofício nº 1595/2017 - GPGJ




Procurador Geral de Justiça

qui 29/06/2017 17:28

Para: corregedoriainterior@tjba.jus.br <corregedoriainterior@tjba.jus.br>;

Cc: pbbrito@tjba.jus.br <pbbrito@tjba.jus.br>;

Categorias: Assessoria do Gabinete

 1 anexo

MPBA 1595.2017-GPGJ -A Exma. Desa. Cynthia Maria Pina Resende - Situação da PJ Paripiranga.pdf;

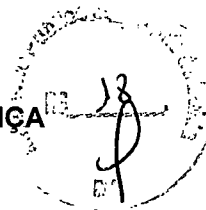
De ordem da Procuradora-Geral de Justiça, encaminho anexo o Ofício nº 1595/2017 - GPGJ.

Atenciosamente,

Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça

Ministério Público do Estado da Bahia

Tel.: 71 3103-0231/0234



Of. nº 1595/17- GPGJ
(Favor fazer referência a este número)

Salvador, 28 de junho de 2017.

A Sua Excelência a Senhora
Desembargadora Cynthia Maria Pina Resende
Corregedora das Comarcas do Interior – Tribunal de Justiça do Estado da Bahia
5ª AV. DO CAB, Nº 560. SALVADOR/BA - BRASIL - CEP 41745-971

Senhora Corregedora,

Ao cumprimentá-la respeitosamente, colhemos da oportunidade para dar continuidade ao diálogo voltado à construção de soluções para a permanência, por tempo determinado, da 1ª Promotorias de Justiça de Paripiranga/BA no Fórum local, conforme descrevemos no Ofício nº 0914/2017-GPGJ encaminhado a essa ínclita Corregedoria, em vista da determinação dos magistrados locais para desocupação do espaço cedido ao Ministério Público.

Destacamos que, desde o contato inicial, já se iniciaram as medidas visando à identificação de imóvel que possa abrigar ambas as Promotorias de Justiça de Paripiranga, contudo tem se vivenciado grande dificuldade nesse sentido – consoante documentação anexa, oriunda da Superintendência de Gestão Administrativa. Ressalta-se, ainda, que o imóvel que abriga a 2ª Promotoria local, alugado após longo processo de pesquisa e adequação, não apresenta espaço ou condições mínimas para instalação de outra Promotoria de Justiça.

Ademais, chega a nosso conhecimento a desinstalação do Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais da Comarca de Paripiranga do Fórum local, restando vago tal espaço que, a juízo de oportunidade e conveniência dessa Corregedoria, poderia vir a ser utilizado provisoriamente por este *parquet*, até o final do ano de 2017, caso não se providencie instalações próprias antes.

Destarte, certos de contar com a habitual sensibilidade e atenção dessa Corregedoria na compreensão e trato de assuntos da relevância do que se põe no presente documento, colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos e tratativas complementares pertinentes.

Reiterando nossos votos de respeito, consideração e estima.


EDIENE SANTOS LOUSADO
Procuradora-Geral de Justiça

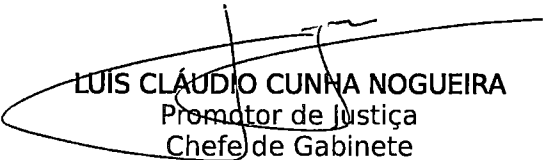


Ref.: Protocolo nº 003.0.10878/2017

DESPACHO

- De ordem da Procuradora-Geral de Justiça e considerando que, em reunião ocorrida entre esta Chefia de Gabinete e a Assessoria Especial da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no dia 02/08/2017, restou indeferido – apesar dos constantes esforços – o pleito de dilação do prazo para permanência da representação do Ministério Público no fórum de Paripiranga/BA até o final do presente ano, obtendo-se, entretanto, a dilação do prazo até o dia 02/10/2017, retorne-se o presente à Superintendência de Gestão Administrativa para fins de empreender esforços, com urgência, no sentido de identificar e locar imóvel no referido município, em situação digna com a representação ministerial, para sediar as 1ª e 2ª Promotorias de Justiça de Paripiranga/BA.

Em, 04 de agosto de 2017.


LUÍS CLÁUDIO CUNHA NOGUEIRA
Promotor de Justiça
Chefe de Gabinete



DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, encaminhe-se o presente expediente à Diretoria de Engenharia e Arquitetura, para cumprimento da determinação de fls. *retro*, com posterior retorno a esta Superintendência.

Em 15 de agosto de 2017.


Caroline Santana Silva

Unidade de Apoio Técnico e Administrativo
Mat. 352.218

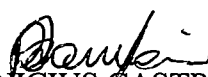
DESPACHO

À Superintendência de Gestão Administrativa,

Segue em anexo o relatório da visita técnica realizada nos imóveis previamente selecionados para instalação da PJ de Paripiranga. Conforme consta no documento, sugere-se, que o imóvel 03, localizado na Rua Artur Trindade, Largo 2 de Julho, s/n, seja o mais indicado por apresentar instalações mais adequadas, além de ser mais confortável e precisar de menos adaptações/alterações para a ocupação pelo Ministério Público. É importante salientar que o proprietário se propõe a realizar as adaptações necessárias, quais sejam: instalação de 06 aparelhos de ar condicionado, instalação de porta de vidro temperado na circulação, substituição de porta de madeira da sala 01 por porta de vidro temperado e instalação de bancada para copa. Com isso, o valor do aluguel pretendido é R\$ 4.000,00 (quatro mil reais).

Assim sendo, retornamos o presente expediente para conhecimento e adoção das providências cabíveis.

Salvador, 21 de agosto de 2017.



PAULO VINICIUS CASTRO SAMPAIO
Diretor de Engenharia e Arquitetura



RELATÓRIO DE VISITA TÉCNICA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPIRANGA



1. SOLICITANTE:

Procuradoria Geral de Justiça do Ministério Público da Bahia.

2. OBJETO DE ANÁLISE:

Imóvel com possibilidade de sediar a Promotoria de Justiça de Paripiranga.

3. OBJETIVO:

Realizar análise da adequação do imóvel para o funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga dando ênfase aos pontos positivos e negativos identificados *in loco*.

Esse relatório não tem como objetivo avaliar o valor de aluguel do imóvel.

4. JUSTIFICATIVA:

A vistoria se justifica pela necessidade de alugar um imóvel para abrigar a Promotoria de Justiça de Paripiranga.

5. CONSIDERAÇÕES INICIAIS:

A Promotoria de Justiça de Paripiranga ocupa atualmente 01 (uma) sala localizadas no Fórum da Comarca de Paripiranga, na Rua Coronel Manoel M. Santa Rosa, s/nº, Centro, com **área privativa aproximada de 20,00 m²**, além de utilizar também as áreas comuns destinadas ao funcionamento do fórum, como: copa, sanitários, estacionamento, etc e 01 (um) imóvel alugado, situado na Rua Dr Brás Amaral, Largo 2 de Julho, com **área privativa aproximada de 40,00 m²**.

O imóvel do fórum possui sistema construtivo convencional de alvenaria e revestimento em reboco pintado, apresenta acessibilidade adequada e sanitários acessíveis. O sistema de ar-condicionado é individual com aparelhos do tipo “janela” instalados nas salas. O imóvel alugado possui sistema construtivo convencional de alvenaria e revestimento em reboco pintado, não apresenta acessibilidade adequada e sanitários acessíveis. O imóvel não possui instalações satisfatória para comportar a promotoria de justiça, apresentando ambientes muito reduzidos, apertados e de difícil circulação. O sistema de ar-condicionado é individual com aparelhos do tipo split instalados nas salas.

Considerando a totalidade da área ocupada atualmente pela Promotoria, estima-se que seja necessária uma área mínima de 120,00 m² de área construída privativa (excluso área de estacionamento/terreno) para a implantação confortável da Promotoria.

6. ANÁLISE DOS IMÓVEIS VISTORIADOS PARA ABRIGAR A PROMOTORIA DE JUSTIÇA

IMÓVEL 01

Trata-se de imóvel com características comerciais de bar/restaurante, situado na Rua Dr Brás Amaral, Largo 2 de Julho, nº 54, com **área privativa aproximada de 210,00 m²**, dividido em 3 pavimentos: térreo, primeiro e segundo.

Localização

O imóvel localiza-se próximo ao fórum e comércios, no centro comercial da cidade.

A localização do imóvel é de fácil acesso, distando aproximadamente 200 m do fórum e 450 m da rodoviária, no centro comercial da cidade.

Implantação

A rua de acesso ao imóvel é levemente enladeirada.

O terreno do imóvel é em formato retangular, medindo aproximadamente 3,5 m de frente por 20,0 m de profundidade, com área aproximada de 210,0 m². O imóvel ocupa toda a área do terreno e possui 3 pavimentos: térreo, primeiro e segundo.

O pavimento térreo está no nível do passeio, facilitando o acesso ao imóvel.

A fachada frontal possui orientação oeste, levemente inclinada para o sul, e a fachada do fundo possui orientação oeste, levemente inclinada para o norte, favorecendo baixa incidência de raios solares nas fachadas laterais, que possuem maior extensão.

A fachada frontal está voltada para o poente.

O imóvel possui janelas voltadas apenas para a frente e para um poço de ventilação e iluminação, localizado no fundo dos pavimentos, usado para ventilar sanitários e cozinha.

Construção

O imóvel possui características comerciais de bar/restaurante/eventos, sendo distribuído em pavimento térreo, primeiro e segundo. O pavimento térreo apresenta vão livre, bancada de bar, sanitários masculino e feminino e cozinha na área do fundo, o primeiro pavimento apresenta vão livre, bancada de bar e sanitários masculino e feminino na área do fundo, e o segundo pavimento apresenta vão livre com bancada de bar.

O imóvel aparenta ser relativamente novo e conservado.

Não há vaga de garagem no imóvel.

A construção possui paredes de alvenaria pintada e/ou revestida com revestimento cerâmico nas áreas molhadas (sanitários e cozinha), possui laje de cobertura como estrutura de fechamento superior (teto). O piso e o rodapé são em cerâmica.

As instalações elétricas estão aparentemente regulares e apresenta quadro de distribuição de energia.

Possui instalações hidráulicas, com reservatório superior e medição individualizada.

A rede de esgoto é interligada à rede pública.

Apenas o pavimento térreo é acessível a pessoas com mobilidade reduzida, o acesso aos outros pavimentos é através de escadas. O imóvel não apresenta sanitários acessíveis.

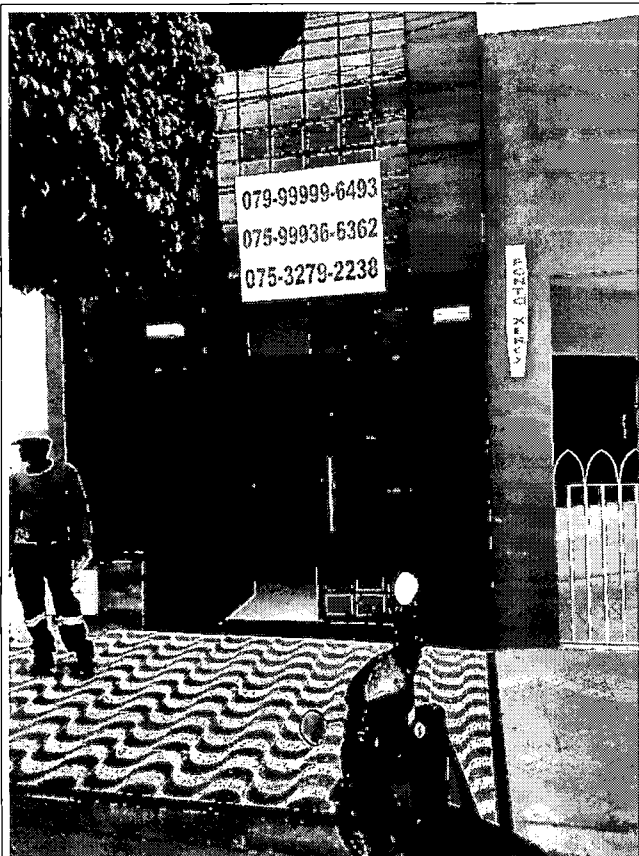
O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.



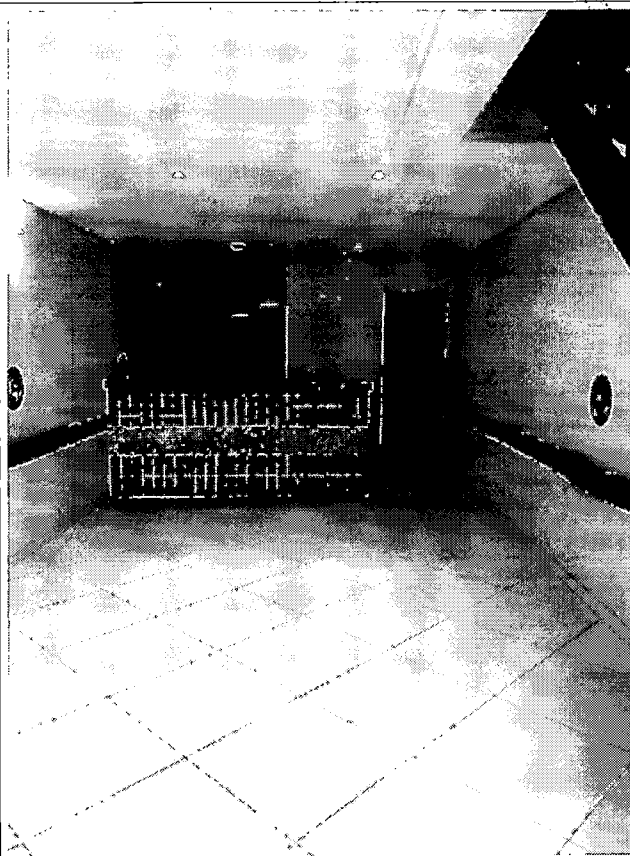


23
P

Fotos Imóvel 01



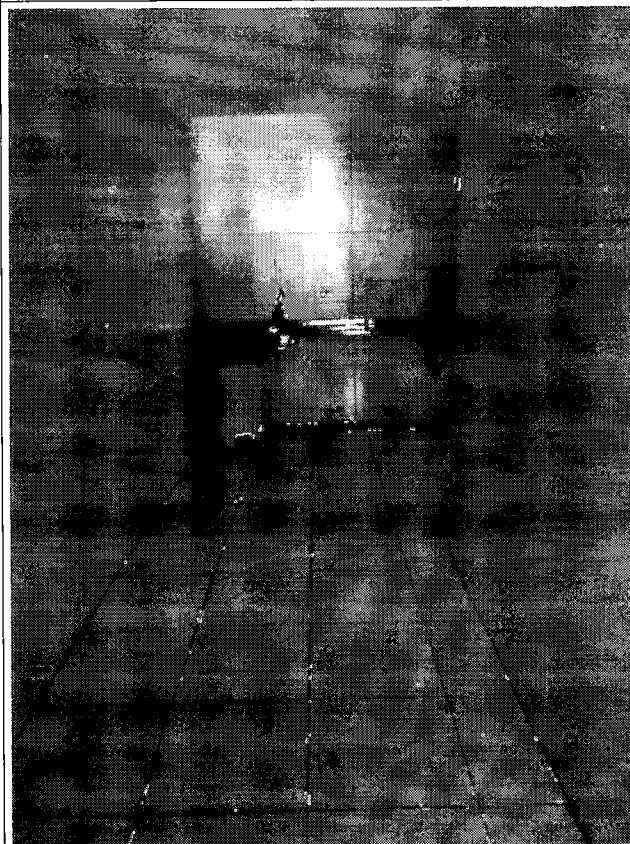
01. Fachada principal



02. Pavimento Térreo



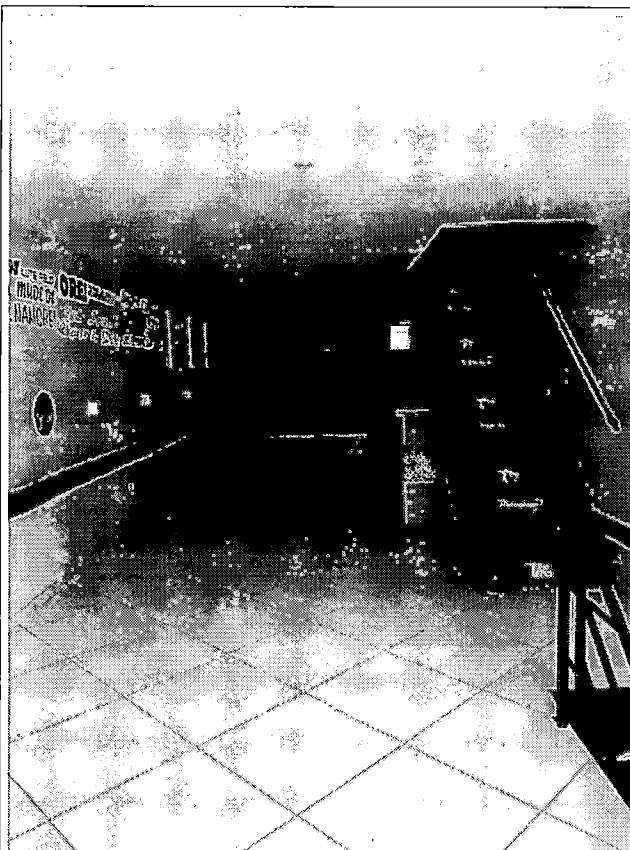
03. Sanitários térreo



04. Cozinha térreo

Pelign

ILEGÍVEL

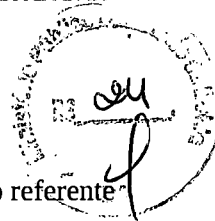


05. Primeiro pavimento, sanitários ao fundo.



06. Segundo pavimento

Flavio



Proposta de Aluguel

O valor mensal do aluguel é de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

O proprietário autoriza que se faça adaptações no imóvel porém não arca com nenhum custo referente a estas.

Para realizar as adaptações necessárias no imóvel, quais sejam: demolição de alvenarias existentes, instalação de divisórias, ares condicionados, iluminação e tomadas, ocupando inicialmente o pavimento térreo e o primeiro pavimento, o que satisfaz o funcionamento da promotoria, estima-se um valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais)

Pontos positivos e negativos

Positivos:

Área: O imóvel apresenta área compatível, e até maior, para comportar confortavelmente a Promotoria;

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral;

Conservação: O imóvel está bem conservado;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: Possui instalações elétricas com quadro de distribuição para uma possível ampliação da rede, possui instalação telefônica e de rede de internet, porém necessita a redistribuição dos pontos (elétrica, telefônica e rede) conforme necessidade do órgão;

Utilização: O edifício será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público;

Segurança Institucional: Imóvel para uso exclusivo do órgão, com apenas um ponto de acesso: entrada/saída única para o público externo; As janelas possuem formato de grade; e, o prédio possui laje de cobertura.

Taxa condominal: Não possui taxa de condomínio.

Negativos:

Demolições: É necessário demolir os balcões;

Divisões internas: É necessário executar as divisões internas;

Estacionamento: O imóvel não dispõe de vagas de garagem;

Acessibilidade: Não possui acessibilidade, sendo necessário ajustes;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: É necessário fazer alterações;

Instalações de Ar condicionado: Não possui ares condicionados instalados;

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio e pânico.

IMÓVEL 02

Trata-se de imóvel com características comerciais, térreo, situado na Rua Dr Brás Amaral, Largo 2 de Julho, nº 50, com **área construída privativa aproximada de 81,00 m²**.

Localização

O imóvel localiza-se próximo ao fórum e comércios, no centro comercial da cidade.

A localização do imóvel é de fácil acesso, distando aproximadamente 200 m do fórum e 450 m da rodoviária, no centro comercial da cidade.

Implantação

A rua de acesso ao imóvel é levemente enladeirada.

O terreno do imóvel é em formato retangular, medindo aproximadamente 4,50 m de frente por 24,0 m de profundidade, com área aproximada de 108,0 m². O imóvel ocupa aproximadamente 81,00 m², a partir da testada frontal, com 18 metros de profundidade, sobrando uma área descoberta no fundo do terreno, com medidas aproximadas de 4,50 m x 6,00 m.

O pavimento térreo está no mesmo nível do passeio, facilitando o acesso.

A fachada frontal possui orientação oeste, levemente inclinada para o sul, e a fachada do fundo possui orientação oeste, levemente inclinada para o norte. A fachada frontal está voltada para o poente.

O imóvel possui aberturas (janelas e portas) para o exterior na frente e no fundo.

Construção

O imóvel possui características comerciais, sendo distribuído em pavimento térreo. Apresenta inicialmente uma pequena varanda na frente, seguida de porta de acesso e janela para um vão livre com um balcão extenso de atendimento, esse trecho do imóvel é coberto por laje; em seguida, um segundo vão livre, com nível de piso 15 cm mais baixo, com um sanitário sem ventilação, esse trecho é coberto com telha cerâmica e forro de pvc; em seguida uma área descoberta, fundo do terreno, isolada por uma porta e uma janela.

A área interna possui piso e rodapé em cerâmica.

O imóvel aparenta estado de conservação regular.

Não há vaga de garagem no imóvel.

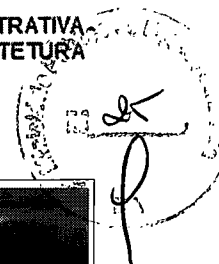
As instalações elétricas estão aparentemente regulares, porém não apresenta quadro de distribuição de energia, sendo toda a sua carga suportada por apenas um disjuntor.

As instalações hidráulicas resumem-se em pia, vaso e chuveiro do sanitário. Possui medição de água individualizada. Não foi possível identificar reservatório de água.

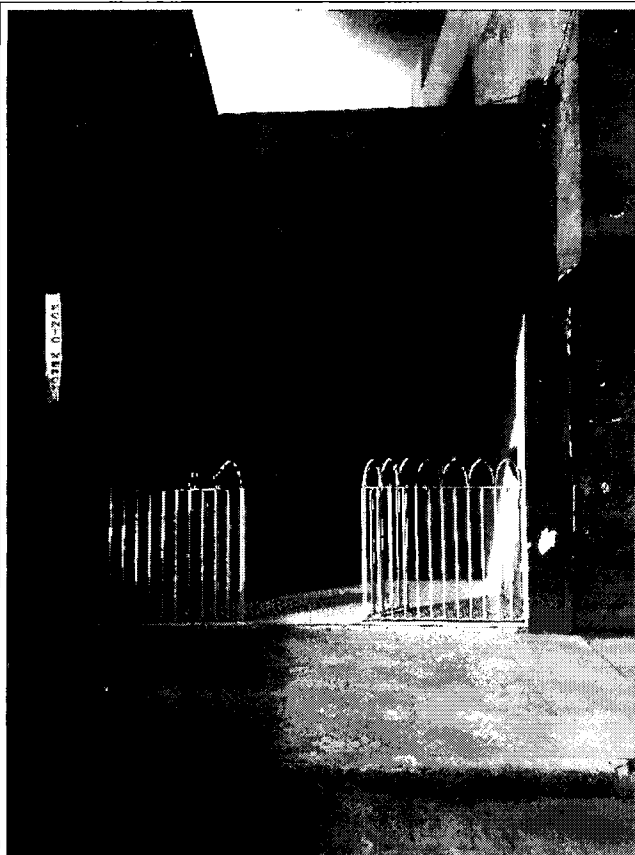
A rede de esgoto é interligada à rede pública.

O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.





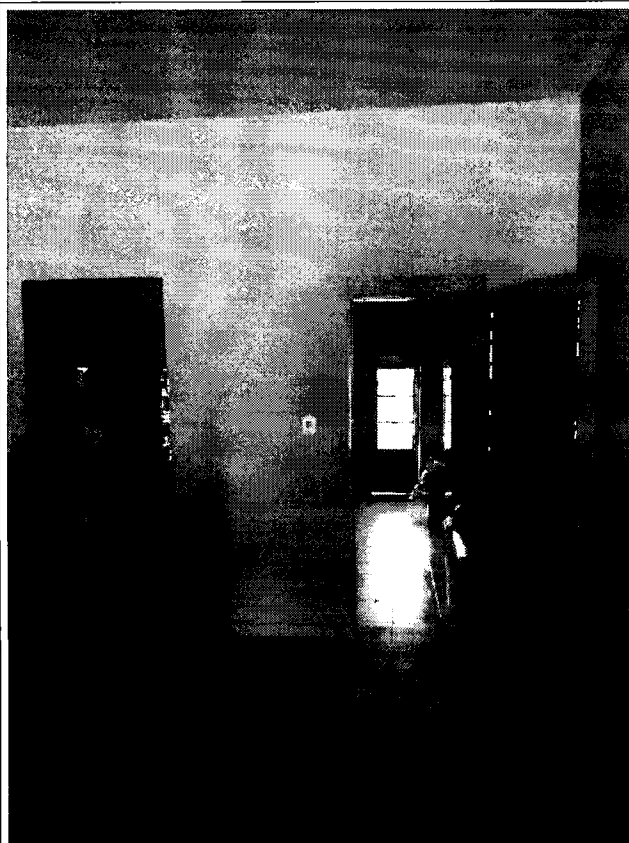
Fotos Imóvel 02



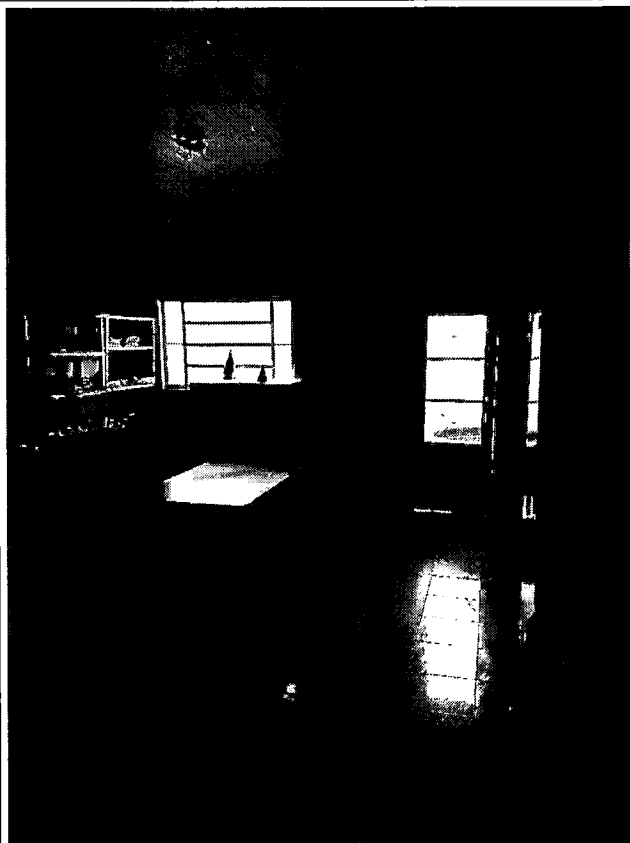
01. Fachada principal e varanda



02. Primeiro vão com bancada



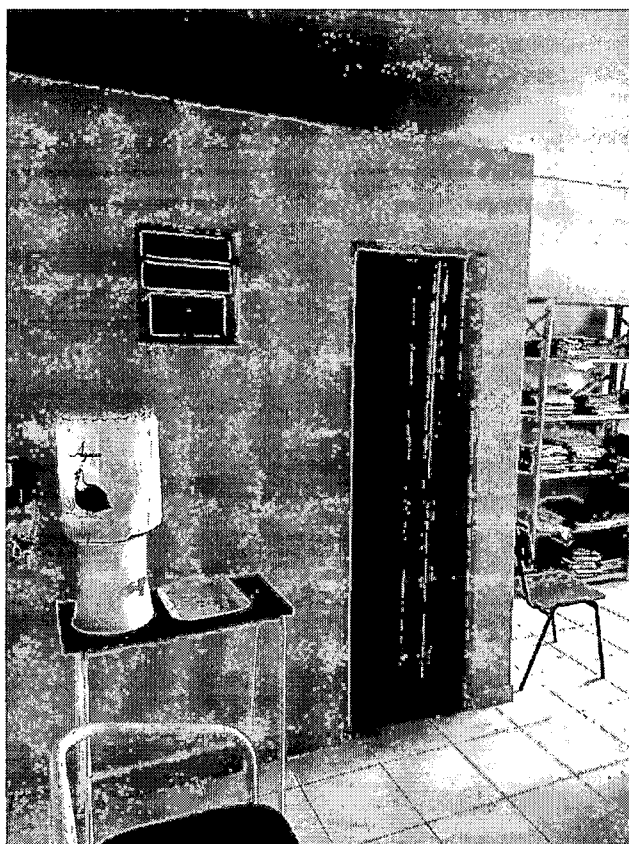
03. Acesso ao segundo vão coberto



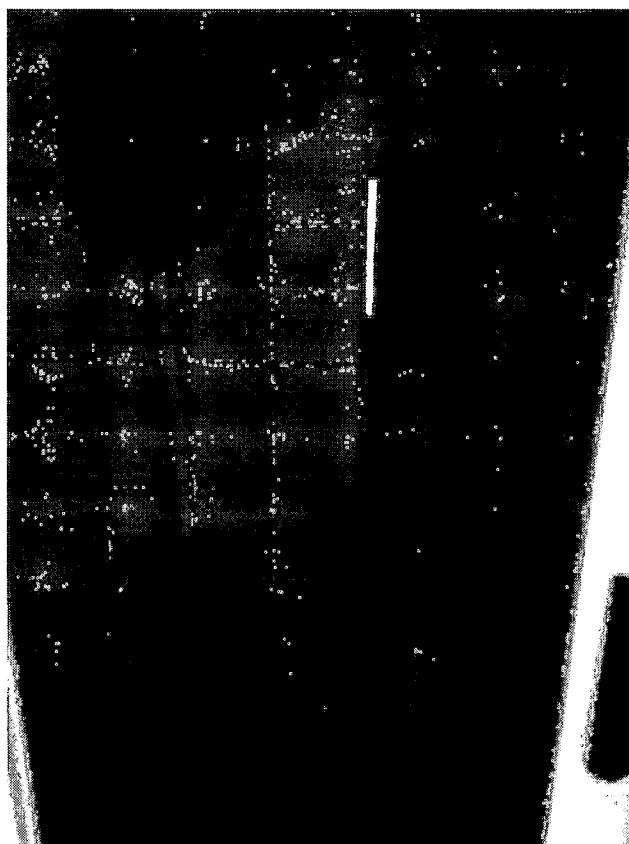
04. Segundo vão coberto (forro)

Plano

ILEGÍVEL



05. Sanitário



06. Sanitário



07. Área externa descoberta



08. Área externa descoberta

Handwritten signature

ILEGÍVEL



Proposta de Aluguel

O valor mensal do aluguel é de 03 (três) salários mínimos, o que perfaz atualmente um valor total de R\$2.811,00 (dois mil, oitocentos e onze reais).

O proprietário se propõe, diante da indicação do que precisa ser alterado e adaptado no imóvel, a avaliar a possibilidade de realizar as alterações/adaptações necessárias para a instalação da promotoria de justiça, quais sejam: demolição de paredes, criação de sanitários para o público externo e interno, instalação de divisórias, instalação de ares condicionados, colocação de forro, alterações na rede elétrica e telefônica, criação de rede de cabeamento estruturado, etc.

Pontos positivos e negativos

Positivos:

Área: O imóvel apresenta área compatível para comportar confortavelmente a Promotoria;

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral;

Conservação: O estado de conservação do imóvel é regular;

Utilização: O edifício será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público;

Segurança Institucional: Imóvel para uso exclusivo do órgão, com apenas um ponto de acesso: entrada/saída única para o público externo; o imóvel possui laje de cobertura em apenas um trecho;

Taxa condominal: Não possui taxa de condomínio.

Negativos:

Demolições: É necessário demolir o balcão e o sanitário;

Divisões internas: É necessário executar as divisões internas;

Sanitários: É necessário construir sanitários para o público externo e interno;

Estacionamento: O imóvel não dispõe de vagas de garagem;

Acessibilidade: Não possui acessibilidade, sendo necessário ajustes;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: Não possui quadro de distribuição de energia. É necessário refazer todas as instalações elétricas, telefônicas e de rede;

Instalações de Ar condicionado: Não possui ares condicionados instalados;

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio e pânico;

Segurança Institucional: Devem ser colocadas grades na porta e janela do acesso principal; e, o imóvel possui trecho sem laje de cobertura.

IMÓVEL 03

Trata-se de imóvel em construção, porém em fase de acabamentos, com características comerciais e residenciais, situado na Praça Dois de Julho, 364, Centro, com **área privativa aproximada de 762,00 m²**, divididos em 5 pavimentos: térreo, 1º, 2º, 3º e 4º. O térreo e o 1º pavimento são destinados a salas comerciais e os outros pavimentos são apartamentos residenciais.

Localização

O imóvel localiza-se próximo ao fórum e comércios, no centro comercial da cidade.

A localização do imóvel é de fácil acesso, distando aproximadamente 200 m do fórum e 450 m da



rodoviária, no centro comercial da cidade.

Implantação

A rua de acesso ao imóvel é levemente enladeiraada.

O terreno do imóvel é em formato retangular, medindo aproximadamente 7,80 m de frente por 21,40 m de profundidade, com área aproximada de 167,00 m². O imóvel ocupa toda a área do terreno e possui 5 pavimentos: térreo, 1º, 2º, 3º e 4º.

O desnível do passeio para o pavimento térreo é vencido através de rampas.

A fachada frontal possui orientação leste, levemente inclinada para o norte, e a fachada do fundo possui orientação oeste, levemente inclinada para o sul, favorecendo baixa incidência de raios solares nas fachadas laterais, que possuem maior extensão. A fachada frontal está voltada para o nascente.

O imóvel possui janelas voltadas apenas para a frente e para um poço lateral de ventilação e iluminação, usado para ventilar sanitários e algumas salas. A outra lateral e o fundo são colados nos limites do terreno e não possuem abertura para o exterior.

Construção

O imóvel possui características comerciais e residenciais, sendo distribuído em 5 pavimentos: térreo, 1º, 2º, 3º e 4º. O pavimento térreo é de salas comerciais, possui área para recepção, 02 (dois) sanitários públicos, sendo 01 (um) acessível, 06 salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo, poço de iluminação e ventilação e escada para o 1º pavimento, além de escada com acesso independente para os demais pavimentos, o primeiro pavimento também é de salas comerciais, possui 01 (um) sanitário público, 01 (um) depósito, 05 salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo, 01 (uma) copa, 01 (um) hall de espera, poço de iluminação e ventilação, além de escada com acesso independente para os demais pavimentos. O 2º, o 3º e o 4º pavimentos são residenciais.

O imóvel está em estado final de conclusão da obra, sendo novo e com bom padrão de acabamento.

Não há vaga de garagem no imóvel.

A construção é em estrutura de concreto armado com vedação em paredes de alvenaria pintada e/ou revestida em cerâmica nas áreas molhadas (sanitários e cozinha), possui laje de cobertura como estrutura de fechamento superior (teto). O piso e o rodapé são em porcelanato.

As instalações elétricas estão aparentemente regulares e apresenta quadro de distribuição de energia, a medição da área comercial não é individualizada por sala.

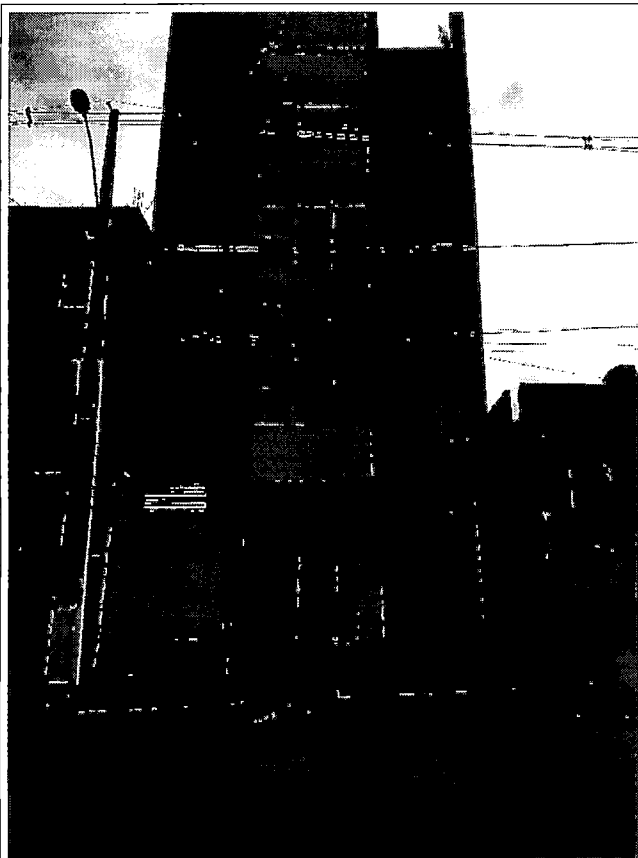
Possui instalações hidráulicas aparentemente regulares e reservatório superior. A medição de água não é individualizada por sala.

A rede de esgoto é interligada à rede pública.

Apenas o pavimento térreo é acessível a pessoas com mobilidade reduzida, o acesso aos outros pavimentos é através de escadas. O imóvel apresenta um sanitário acessível no pavimento térreo.

O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.

Fotos Imóvel 03



01. Fachada principal



02. Acesso Pavimento Térreo



03. Recepção

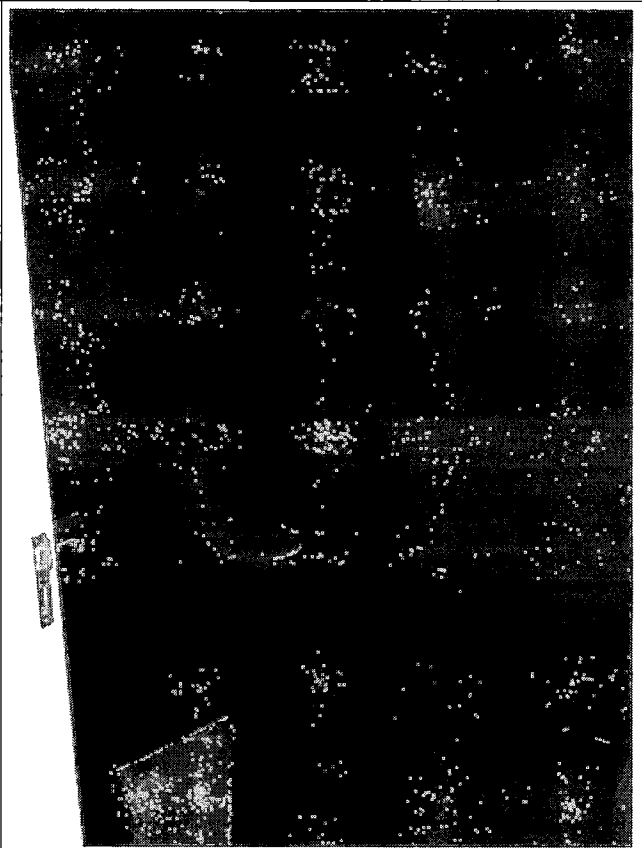


04. Escada ao 1º pavimento

Flavio



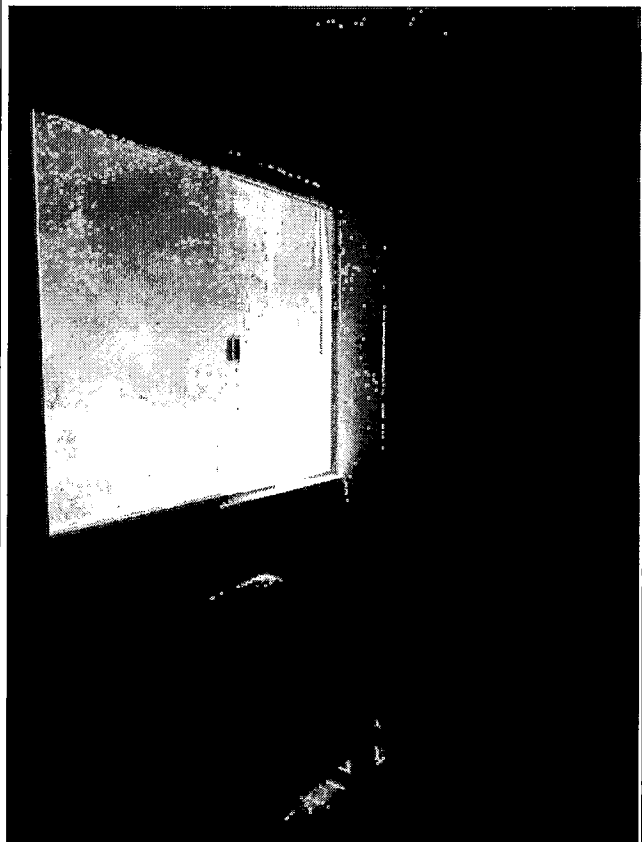
05. Circulação pavimento térreo



06. Sanitário acessível



07. Sanitário comum



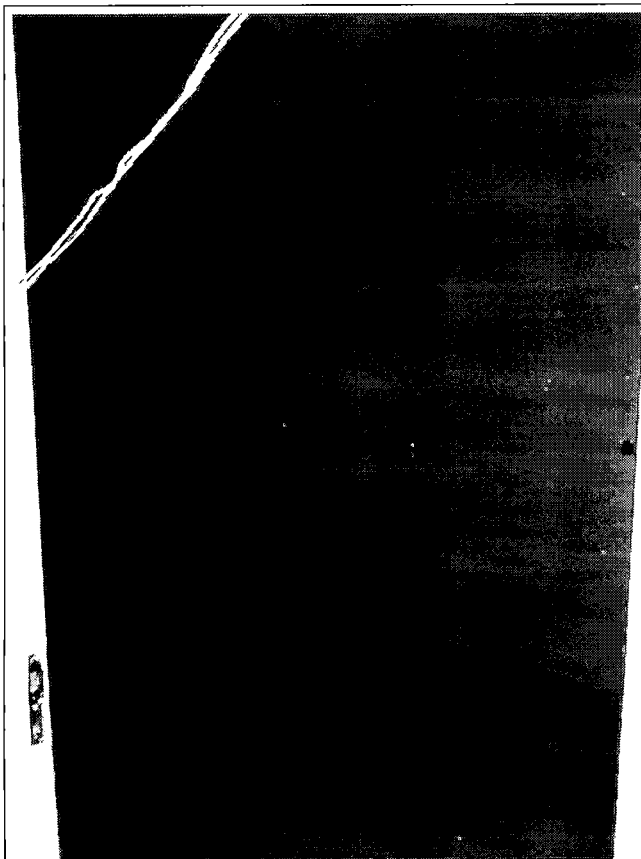
08. Salas

Plano

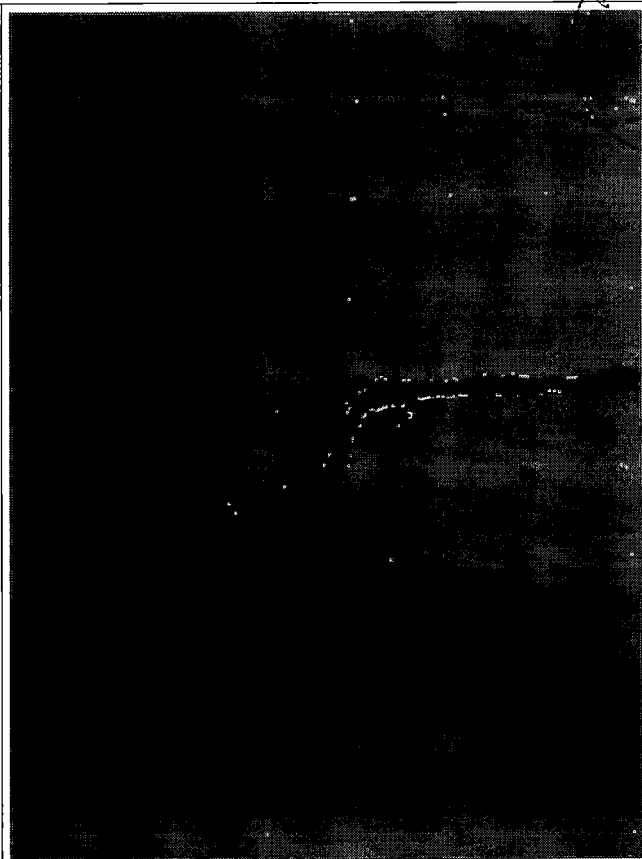
ILEGÍVEL



28
f



09. Salas



10. Salas

Handwritten signature



Proposta de Aluguel

A proposta é alugar o pavimento térreo, exceto a área da recepção e do sanitário acessível, que continuariam como área comum do pavimento térreo e do 1º pavimento. A área proposta para aluguel envolve 06 (seis) salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo, e 01 (um) sanitário comum, perfazendo uma área total aproximada de 88,00 m².

O valor mensal do aluguel é de R\$3.100,00 (três mil e cem reais).

Como as salas não possuem medição individualizada de energia e água, o valor referente está incluso no valor do aluguel.

O proprietário se propõe a fazer parte das alterações/adaptações necessárias no imóvel para a instalação da promotoria de justiça.

Pontos positivos e negativos

Positivos:

Área: O imóvel apresenta área compatível para comportar a Promotoria de Justiça;

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral;

Conservação: O imóvel está novo;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: Possui instalações elétricas com quadro de distribuição, possui instalação telefônica e de rede de internet, porém necessita a redistribuição dos pontos (elétrica, telefônica e rede) conforme necessidade do órgão;

Instalações de Ar condicionado: Todas as salas possuem ares condicionados instalados do tipo split;

Acessibilidade: O imóvel possui acessibilidade;

Taxa condominal: Não possui taxa de condomínio.

Negativos:

Estacionamento: O imóvel não dispõe de vagas de garagem;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: É necessário fazer algumas alterações;

Utilização: O edifício não será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público;

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio e pânico;

Segurança Institucional: Imóvel não utilizado apenas pelo Ministério Público.

IMÓVEL 04

Trata-se de imóvel com características residenciais, térreo, situado na Rua Dr. Brás Amaral, Largo 2 de Julho, nº 12, com **área construída privativa aproximada de 118,00 m²**.

Localização

O imóvel localiza-se próximo ao fórum e comércios, no centro comercial da cidade.

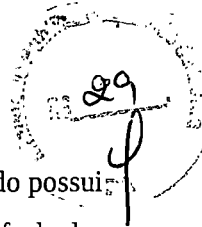
A localização do imóvel é de fácil acesso, distando aproximadamente 200 m do fórum e 450 m da rodoviária, no centro comercial da cidade.

Implantação

A rua de acesso ao imóvel é levemente enladeirada.

O terreno do imóvel é em formato retangular, medindo aproximadamente 5,50 m de frente por 22,90

Flávia 14



m de profundidade, com área aproximada de 125,95 m². O imóvel ocupa toda a área do terreno.

O imóvel não possui desnível em relação ao passeio.

A fachada frontal possui orientação oeste, levemente inclinada para o sul, e a fachada do fundo possui orientação leste, levemente inclinada para o norte, favorecendo baixa incidência de raios solares nas fachadas laterais, que possuem maior extensão. A fachada frontal está voltada para o poente.

O imóvel possui janelas voltadas apenas para a frente e para uma área descoberta no fundo. As duas laterais são coladas nos limites do terreno e não possuem abertura para o exterior.

Construção

O imóvel possui características residenciais, sendo distribuído no pavimento térreo. Possui garagem e quarto/suíte voltados para a fachada frontal, seguido de sala de jantar e estar conjugada, um quarto pequeno, cozinha e um sanitário acessado pela cozinha, área de serviço coberta e descoberta e um pequeno depósito.

O imóvel está em bom estado de conservação.

A construção é em paredes de alvenaria pintada e/ou revestida em cerâmica nas áreas molhadas (sanitários e cozinha), possui laje de cobertura como estrutura de fechamento superior (teto) e cobertura de telha cerâmica sobre a laje. O piso é em cerâmica e o rodapé em madeira.

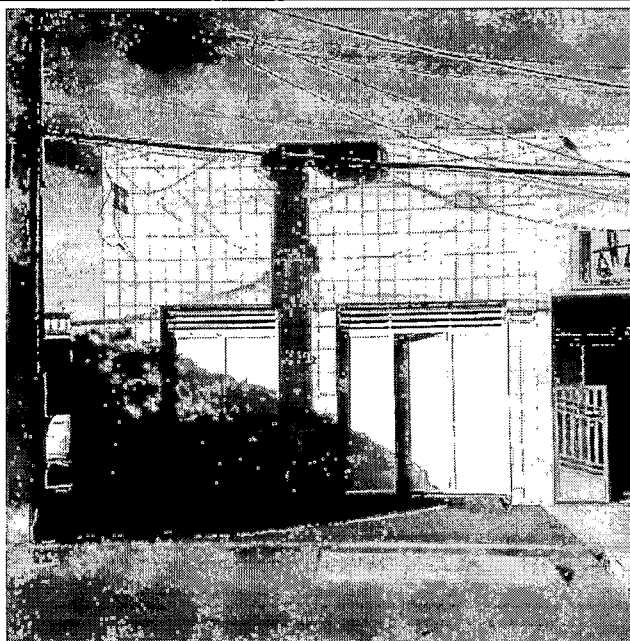
As instalações elétricas estão aparentemente regulares, porém não apresenta quadro de distribuição de energia, sendo um disjuntor para toda a instalação existente.

Possui instalações hidráulicas aparentemente regulares, reservatório superior e inferior.

A rede de esgoto é interligada à rede pública.

O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.

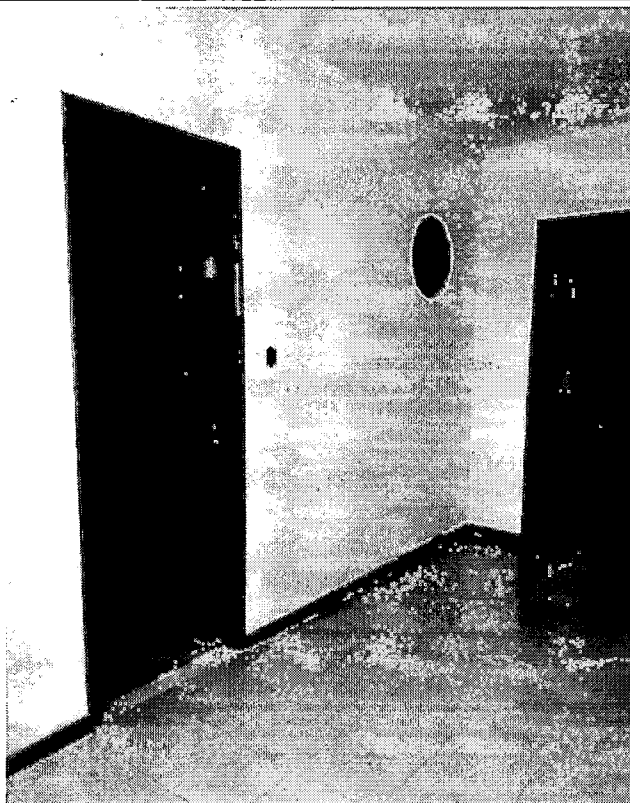
Fotos Imóvel 04



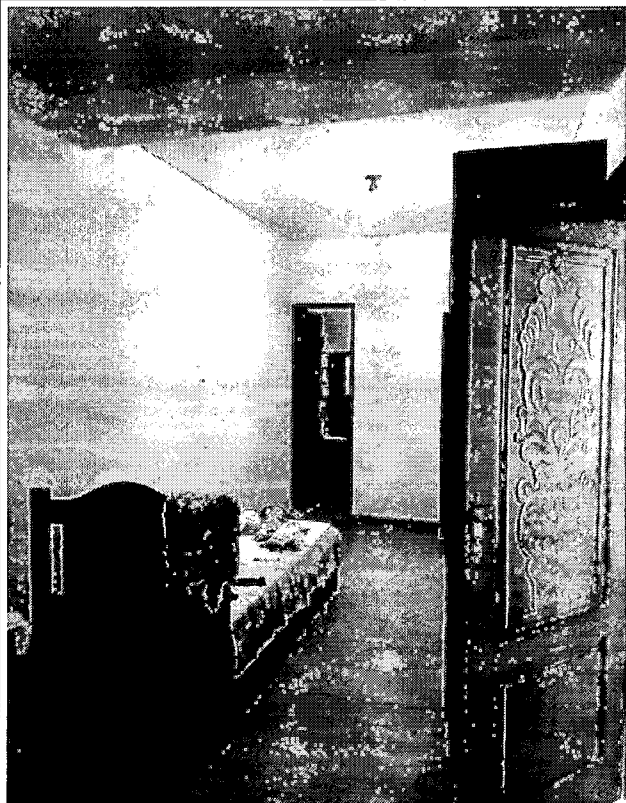
01. Fachada principal



02. Garagem



03. Garagem

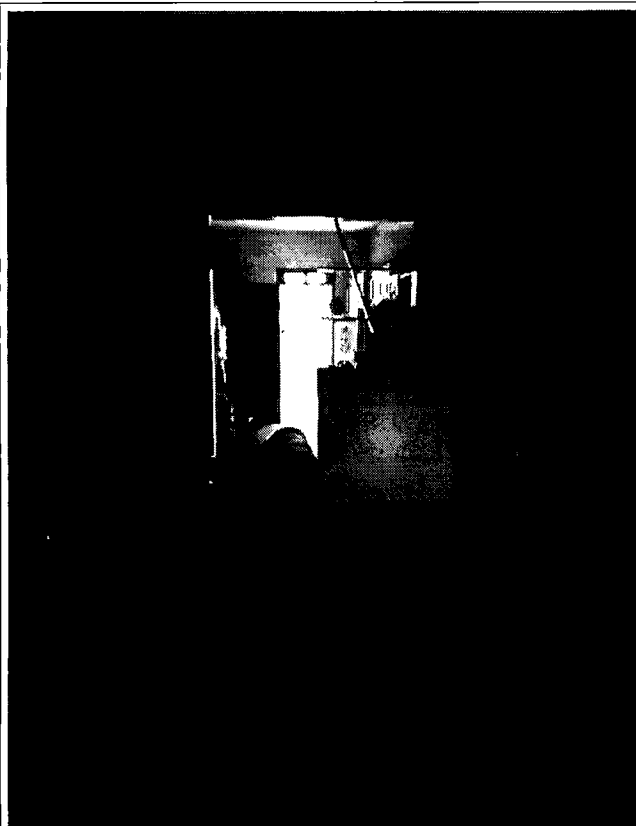


04. Quarto 01/Suíte

Plano



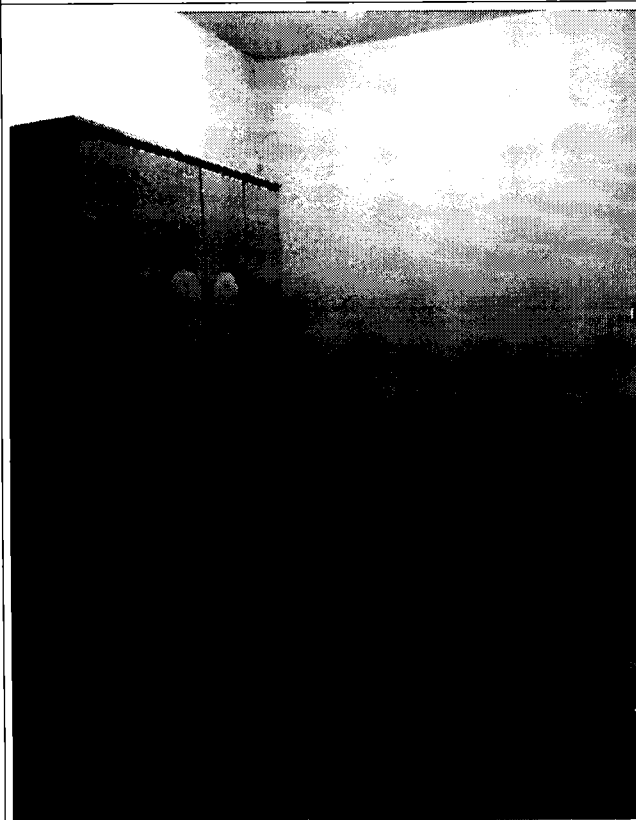
30



05. Sala jantar/estar



06. Sala jantar/estar

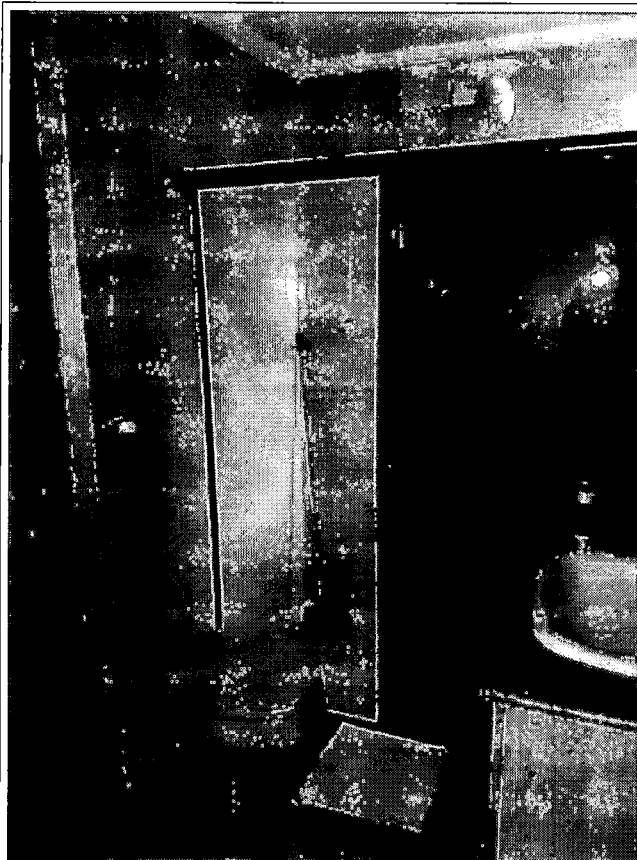


07. Quarto 02

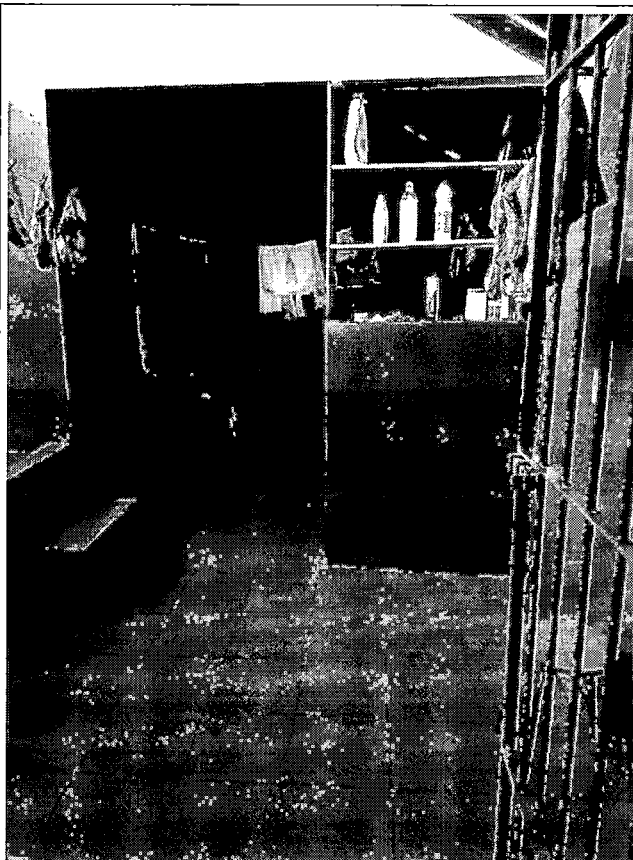


08. Cozinha

Handwritten signature



09. Sanitário Fundo



10. Área de Serviço



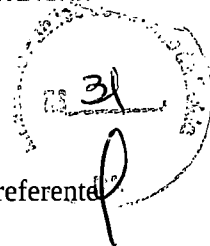
11. Serviço



12. Depósito fundo

Projetos

ILEGÍVEL



Proposta de Aluguel

O valor mensal do aluguel é de R\$2.000,00 (dois mil reais).

O proprietário autoriza que se faça adaptações no imóvel, porém não arca com nenhum custo referente a estas.

Pontos positivos e negativos

Positivos:

Localização: O imóvel possui boa visibilidade e fácil acesso para a população em geral;

Conservação: O imóvel está em bom estado de conservação;

Utilização: O imóvel será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público;

Segurança Institucional: Imóvel possui grades nas portas da frente e do fundo.

Taxa condominal: Não possui taxa de condomínio.

Negativos:

Área: O imóvel não apresenta área compatível para comportar a Promotoria de Justiça, devido à distribuição existente dos cômodos, dificultando a distribuição dos ambientes necessários;

Estacionamento: O imóvel não dispõe de vagas de garagem;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: É necessário fazer alterações na rede elétrica e telefônica e criar rede de cabeamento estruturado;

Instalações de Ar condicionado: Não possui instalações de aparelhos de ar condicionado;

Acessibilidade: O imóvel não possui sanitário acessível;

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio e pânico;

IMÓVEL 05

Trata-se de imóvel com características de galpão, situado na Rua Coronel Manoel de Matos Santa Rosa, s/n, com **área construída privativa aproximada de 94,00 m²**, distribuídos entre térreo e mezanino.

Localização

O imóvel localiza-se próximo ao fórum e comércios.

A localização do imóvel é de fácil acesso, distando aproximadamente 240 m do fórum e 600 m da rodoviária.

Implantação

A rua de acesso ao imóvel é razoavelmente enladrilhada.

O imóvel é uma garagem de uma residência, com características de galpão, implantada no subsolo em relação ao nível da residência, que fica acima deste. Possui formato retangular, medindo aproximadamente 9,00 m de frente por 7,70 m de profundidade. O imóvel ocupa parte do terreno destinado a uma residência.

O imóvel possui um pequeno desnível em relação ao passeio, vencido através de degrau.

A fachada frontal possui orientação leste, voltada para o nascente.

O imóvel possui abertura voltadas apenas para a frente. As duas laterais e o fundo não possuem abertura para o exterior.

Construção



O imóvel possui características de galpão, sendo distribuído no pavimento térreo e mezanino. Apresenta-se como um vão livre com medidas de 9,00 x 7,70 m e mezanino em madeira com medidas de 8,30 x 3,00 m, acessado através de uma escada de madeira.

O imóvel está em estado ruim de conservação, possui infiltrações em todas as paredes e teto, e pintura danificada.

A construção é em paredes de alvenaria pintada, possui laje de cobertura como estrutura de fechamento superior (teto). Piso em cerâmica no nível do térreo e em madeira no mezanino.

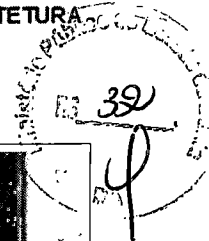
As instalações elétricas estão precárias, não apresenta quadro de distribuição de energia, a medição não é individualizada, fazendo parte da medição da residência.

As instalações hidráulicas não existem, não possui reservatório. A medição não é individualizada, fazendo parte da medição da residência.

Não foi identificado rede de esgoto.

O imóvel não está equipado com instalações contra incêndio: hidrantes, extintores, detectores, alarmes e sinalização.

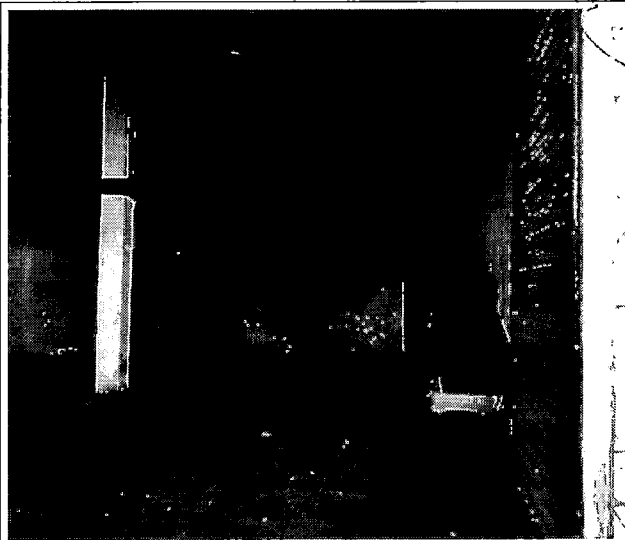
Alcides



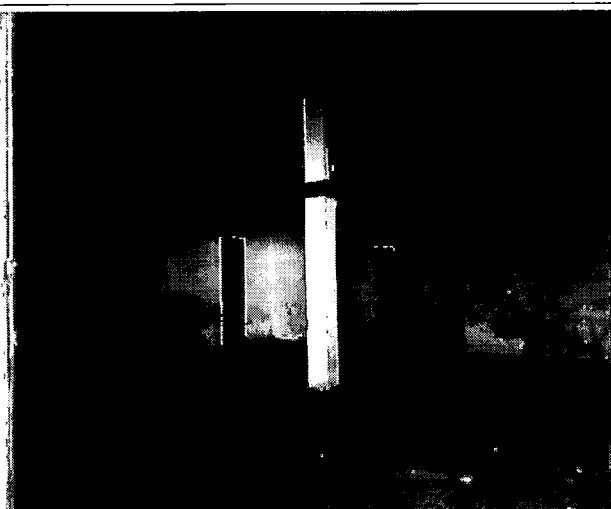
Fotos Imóvel 05



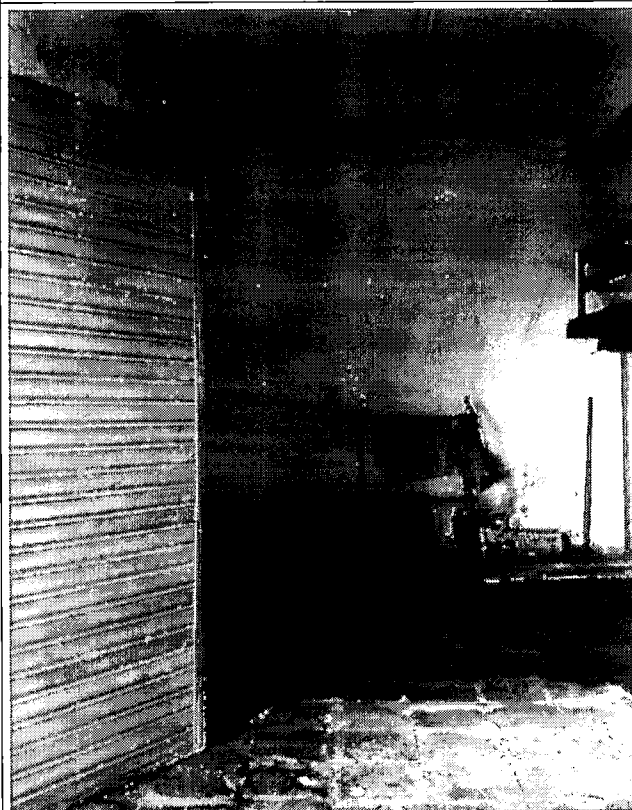
01. Fachada principal



02. Vão interno



03. Vão interno



04. Vão interno

Playa

ILEGÍVEL



Proposta de Aluguel

O valor mensal do aluguel é de R\$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).

O proprietário autoriza que se faça adaptações no imóvel, porém não arca com nenhum custo referente a estas.

Pontos positivos e negativos

Positivos:

Utilização: O imóvel será utilizado exclusivamente pelo Ministério Público;

Taxa condominal: Não possui taxa de condomínio.

Negativos:

Localização: O imóvel não possui boa visibilidade, ficando fora do centro comercial da cidade;

Conservação: O imóvel está em estado de conservação ruim;

Área: O imóvel não apresenta área compatível para comportar a Promotoria de Justiça;

Estacionamento: O imóvel não dispõe de vagas de garagem;

Instalações Elétricas, telefônicas e de rede: É necessário fazer todas as redes;

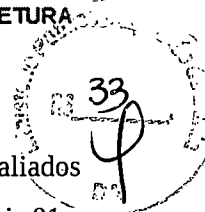
Instalações de Ar condicionado: Não possui instalações de aparelhos de ar condicionado;

Acessibilidade: O imóvel não possui sanitário acessível;

Segurança Contra Incêndio e Pânico: Não possui sistema de segurança contra incêndio e pânico;

Segurança Institucional: A localização do imóvel não favorece a segurança. Não possui grades.

Plano



7. CONCLUSÃO

Diante do exposto, esclarece-se que as vantagens e desvantagens identificadas nos imóveis avaliados foram analisadas por uma equipe técnica de engenharia e arquitetura podendo-se concluir que os imóveis 01 e 03 possuem condições técnicas de atender ao órgão, sendo que o imóvel 01 precisa de adaptações/alterações em muitos pontos, como: demolições, divisões internas, rede elétrica, iluminação, ar condicionado, etc., além de não possuir acessibilidade plena, e o proprietário não se dispôs a arcar com os custos referentes às alterações necessárias, estimados em R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais). O imóvel 03 precisa de poucas adaptações/alterações e o proprietário se propõe a realiza-las, quais sejam: instalação de porta de vidro temperado na circulação, substituição de porta de madeira da sala 01 por porta de vidro temperado e instalação de bancada para copa. Porém, vale ressaltar, que o imóvel 03 ainda está em fase final de obra, dependendo de documentação/aprovação dos órgãos públicos, devendo-se checar a existência de documentação necessária para locação.

Portanto, sugere-se, que o imóvel 03 seja o mais indicado por apresentar instalações mais adequadas, além de ser mais confortável e precisar de menos adaptações/alterações para a ocupação pelo Ministério Público.

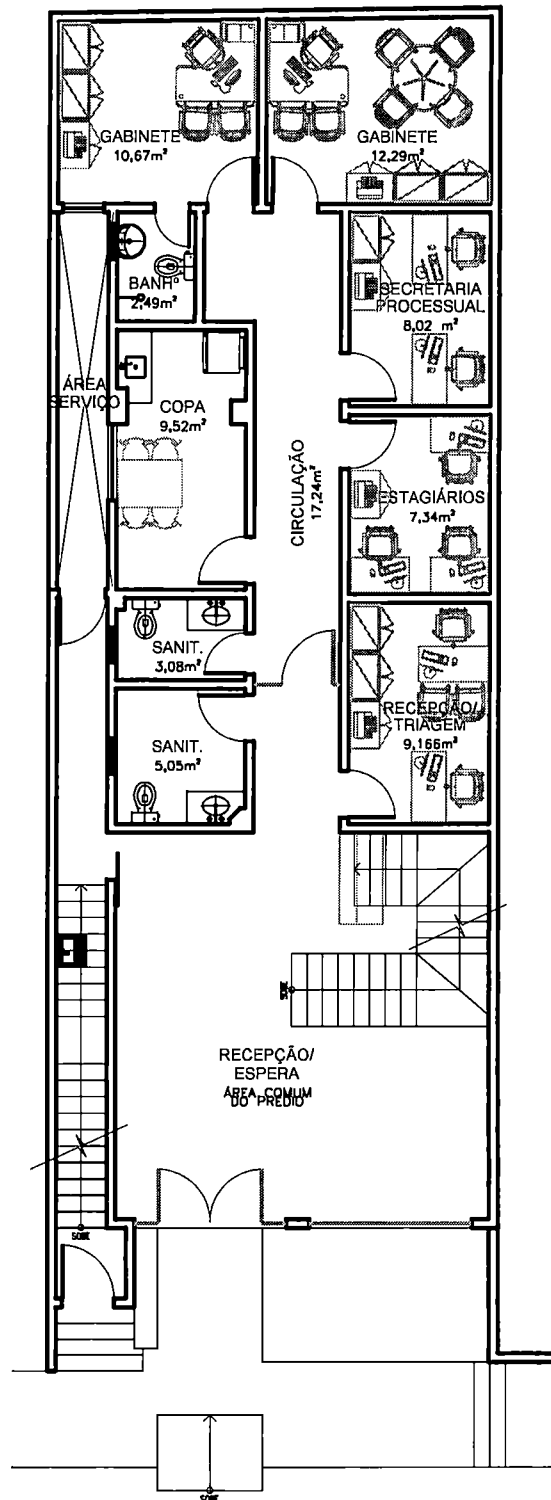
Sendo só até o momento, colocamo-nos à disposição para qualquer outro esclarecimento que se fizer necessário. Segue este relatório de visita técnica com 23 (vinte e três) páginas numeradas e rubricadas.

Salvador, 21 de agosto de 2017.


André Góes Niemeyer

Analista Técnico - Arquiteto

André Góes Niemeyer
Analista Técnico - Arquitetura
Mat. 353.664



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA
www.mp.ba.gov.br

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

OBRA

SEDE PJ DE PARIPIRANGA

LOCALIZAÇÃO

PRAÇA DOIS DE JULHO, 364, CENTRO

MUNICÍPIO

PARIPIRANGA -BA

ASSUNTO

ESTUDO DE LAYOUT

ESCALA

1/125

DATA

AUGOSTO/2017

REVISÃO

00

RESPONSÁVEL

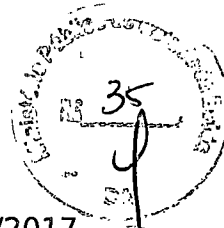
LEONARDO ARAÚJO

TIPO

ADAPTAÇÃO

PRANCHA

01/01



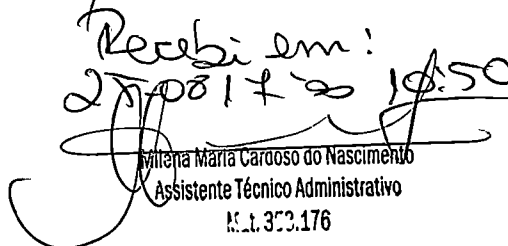
Ref.: Proc. nº 003.0.10878/2017

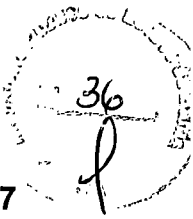
DESPACHO

Considerando as informações prestadas nos autos, acolho a manifestação da Diretoria de Engenharia e Arquitetura. Encaminhe-se à Diretoria Administrativa, para adoção das providências necessárias à contratação da locação do imóvel indicado para sediar a Promotoria de Justiça de Paripiranga.

Em 22 de agosto de 2017.


Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa


Recebi em:
28/08/2017 10:50
Wilena Maria Cardoso do Nascimento
Assistente Técnico Administrativo
M.T. 353.176



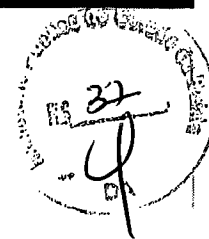
Ref.: 003.0.10878/2017

DESPACHO

Encaminhe-se o presente expediente à Coordenação Financeira para conhecimento e providências cabíveis tendo em vista a autorização do Superintendente de Gestão Administrativa para a contratação da locação do imóvel visando abrigar a Promotoria de Justiça de Paripiranga.

Salvador, 25 de agosto de 2017.


Josias Marques Neto
Diretor Administrativo



PROPOSTA PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

Tendo sido procurado pelo **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA** para locação do imóvel abaixo especificado, venho pela presente formalizar minha proposta para a locação:

INFORMAÇÕES DO IMÓVEL

Locação do pavimento térreo do edifício localizado no Largo 2 de Julho, nº 364, Centro, Paripiranga - BA, compreendendo 06 (seis) salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo e mais 01 (um) sanitário comum.

PROPONENTE

Nome: **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS**

Endereço: Praça Rui Barbosa, nº 07, Fátima - BA

Telefones: (75) 99956-0200

Nacionalidade: Brasileiro Estado Civil: Solteiro

Profissão: Dentista Identidade: 337171-84 SSP/SE CPF: 023.387.595-67

CONDIÇÕES PARA LOCAÇÃO

ALUGUEL MENSAL: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), já incluídos água/luz.

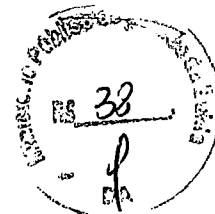
REAJUSTE: Anual pelo índice de reajuste do IGP-M.

PRAZO DO CONTRATO: 03 (três) anos.

TIPO DA LOCAÇÃO: Comercial.

Paripiranga, 12 de setembro de 2017.

Ricardo Nascimento dos Santos
RICARDO NASCIMENTO SANTOS



LAUDO DE AVALIAÇÃO COMERCIAL DE IMÓVEL

Laudo de avaliação, quanto ao valor de comercialização no mercado, do imóvel situado à Praça Largo 2 de julho, nº 364, Centro, Paripiranga - Bahia - CEP: 49.430-000, de propriedade do senhor RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS, portador do CPF nº 023.387.595-6.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL

Trata-se de imóvel térreo medindo total de 22m (vinte e dois metros) de comprimento e 37 (trinta e sete) palmos de largura, localizado à Praça Largo 2 de julho, nº 364, Centro, Paripiranga - Bahia - CEP: 49.430-000, constituído de 06 (seis) salas comerciais, sendo uma suíte, e dois banheiros sociais, um adaptado para pessoas com deficiência.

AVALIAÇÃO DO IMÓVEL

Tomando-se por alicerce a exposição acima, e tendo em vista, quanto ao terreno, localização, formato, extensão, área construída e condições de aproveitamento, características da zona, padrão do logradouro, situação e serviços públicos, idade da construção e fins de utilização, qualidade dos materiais empregados em seu acabamento, estado geral de conservação, avaliei o imóvel, quanto ao seu valor de comercialização, em:

Venda: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Locação (térreo): 3.500,000 (três mil e quinhentos reais).

Paripiranga, 12 de setembro de 2017.

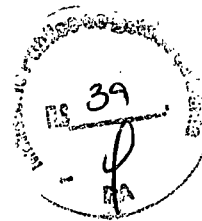

Manoel Antenor Gonçalves Junior
Oficial de Justiça Avaliador



TABELIONATO DE NOTAS
FUNÇÃO DE PROTESTO
COMARCA DE PARIPIRANGA
2 de Julho, 2013, 502064



Scuf



COMARCA DE PARIPIRANGA - BAHIA
PODER JUDICIÁRIO

LIVRO 130
FLS 115/116

COMARCA DE PARIPIRANGA ESTADO DA BAHIA

Escritura Pública de compra e venda de uma casa (01) residencial que faz como vendedores: CARLOS ALBERTO VALADARES SILVA e esposa ANA PAULA CERQUEIRA DE ANDRADE VALADARES SILVA e como comprador: RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS, como se declaram: SAIBAM quantas esta pública escritura de compra e venda virem que, no ano de dois mil e treze (2013), aos quatro (04) dias do mês de janeiro do dito ano, nesta cidade de PARIPIRANGA Estado da Bahia, neste Cartório de notas primeiro ofício, perante mim Tabelião(o) compareceram partes entre si justas, avindas e contratadas, a saber: de um lado, como outorgantes(s) vendedor(es) CARLOS ALBERTO VALADARES SILVA, portador do RG sob nº 03827069-27/SSP-BA e CPF sob nº 47968729572 e esposa ANA PAULA CERQUEIRA DE ANDRADE VALADARES SILVA, portador do RG sob nº 9085918-96/SSP-BA e CPF sob nº 336575135-15, brasileiros, casados, empresários, residente e domiciliado na Av sete de setembro 1682, aptº. 1002 - Edif Morada das Candeias - Salvador -Bahia e do outro lado, como outorgado (s) comprador: RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, dentista, portador do CPF nº 023387595-67 e RG sob nº 337171-84/SSP-SE residente(s) na Praça Rui Barbosa, 07 - Fatima Estado da Bahia, todos maiores e capazes, meus conhecidos, e das duas testemunhas, adiante nomeadas e assinadas, os outorgantes cedentes representados por sua procuradora Edineide de Carvalho Santos Leal, brasileira, maior, solteira, lavradora, portadora do RG sob nº 1145858/SSP-SE, e residente nesta cidade e conforme procuração lavrado no 6º tabelionato de notas, livro 463 fls 185 na cidade de Salvador-Bahia, de que dou fê. Perante as mesmas testemunhas, por ele(s) outorgante vendedor, foi dito que, sendo, possuidores e vendedores. De uma (01) casa residencial, situado na Praça Largo dois de julho, nº 364 nesta cidade de Paripiranga Estado da Bahia, em terreno próprios, construído de adobes, coberto de telhas, com um (01) portão de ferro e vidro na fachada, com um (01) salão medindo 6,30m (seis metros e trinta centímetros de largura, por 12 (doze) metros de comprimento, um (01) almoxarifado medindo 3,80m (três metros e oitenta centímetros de largura, por 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros de comprimento, um (01) quarto com três metros de largura e três metros de comprimento, uma (01) sala com 28,80m (vinte e oito metros e oitenta centímetros de comprimento por 03 (três metros de largura, um (01) banheiro, um (01) Wc/loce., uma área livre e um (01) corredor pela lateral, com 15m (quinze metros de comprimento), sendo esta construção com num espaço de vinte e dois (22) metros de comprimento e trinta e sete (37) palmos de largura, com as seguintes confrontações. Frente com rua Largo dois de julho, fundo com Jose Rodrigues da Cruz, de um lado com imóvel de Geovana Souza Santos e do outro lado com Dr. Hélio Augusto, dantes imóvel dividia-se com Eunízia de Carvalho e João Ramalho Figueredo. Livre de todos e quaisquer onus e havidos por doação em 26 de agosto de 2010 conforme Escritura de doação lavrado no livro 384 fls 80 2º ofício na cidade de Simão Dias-SE e Registrado nesta Comarca de Paripiranga-Bahia, Registro Geral de Imóveis, no livro nº. 3-F às fls. 51 e Reg. 04 mat. 1.815 em 08 de outubro de 2010, acham-se contratados da aludida propriedade denominada ora vendida. Livre de todo e qualquer ônus, por esta justo e contratado para



vende-lo ao outorgado comprador, como por bem desta escritura e na melhor forma, de direito, pelo preço e quantia certa de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) que do(s) mesmo(s) outorgado(s) comprador(es) recebeu(ram) neste ato, em moeda corrente da República, pelo que dava(m) ao(s) referido(s) comprador(es) plena quitação, para em tempo nenhum lhe(s) pedir(em) ou qualquer outra por motivo da presente venda, obrigando-se por si e por seus sucessores a fazerem boa, firme e valiosa esta mesma venda e a responderem pela evicção de direito, pondo o(s) outorgado(s) comprador(es) e par e a salvo de contestações futuras e transmitindo à(s) pessoa(s) deste(s) todo o direito, ação, domínio e servidões ativas, que até o presente momento tinham na(s) aludida(s) propriedade(s), para que ele(s) a(s) considere(m) sua(s) Dora em diante, havendo-a(s), além disso, e desde já por empossado(s), em virtude da presente escritura e da cláusula "constitute". Disse(ram) mais o(s) outorgante(s) vendedor(es) que a(s) propriedade(s) ora vendida(s) acham(m)-se quite(s) com as Repartições Estadual e Municipal. Pelo outorgado(s) comprador; me foi dito, perante as mesmas testemunhas, que aceitava(m) esta escritura, tal como está redigida, e me apresentou(eram) o conhecimento do pagamento do ITBI, no valor de R\$ 1400,00 recolhida em 04 / 01 / 2013 (dam) Documentos de Arrecadação Municipal - Especificação da Receita ITBI. Foram apresentadas as quitações DAJ - Documentos de Arrecadação Judiciário conforme nº 129863 e série 004, e demais quitação do órgão municipal, Depois de escrito esta, Eu, tabelião de notas, a li em voz alta, perante eles, que, reciprocamente outorgaram e assinaram com as testemunhas abaixo assinados, capazes meus conhecidos e residente nesta cidade, Eu, Edivaldo Ribeiro Freire, que subscrevi dou fê e assino. Em testemunhos de verdade. Em testemunhos de verdade. Paripiranga-Bahia, 04 de janeiro de 2013. Edivaldo Ribeiro Freire, Tabelião de Notas.

Edimilson de Carvalho Santos local
CARLOS ALBERTO VALADARES SILVA
OUTORGANTE

Edimilson de Carvalho Santos local
ANA PAULA CERQUEIRA DE ANDRADE VALADARES SILVA
OUTORGANTE

Ricardo Nascimento dos Santos
RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS
OUTORGADO;

TESTEMUNHOS *Pedro da Conceição Santos*

Adilson Franklin Almeida Santana

Edivaldo
EDIVALDO RIBEIRO FREIRE
TABELIÃO DE NOTAS

eu Edivaldo Ribeiro Freire, Tabelião de Notas, que subscrevi dou fê e assino Em testemunhos de verdade Paripiranga, Bahia, 04 de 2013

Edivaldo
EDIVALDO RIBEIRO FREIRE
Tabelião de Notas
MARCA DE PARIPIRANGA BAHIA




SETOR DE TRIBUTOS

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que o imóvel contendo um casa residencial, situada na Praça Largo Dois de Julho, nº364, nesta cidade de Paripiranga, pertencente ao senhor Ricardo Nascimento dos Santos CPF: 023.387.595-67, RG, 337171-84 SSP-SE, residente e domiciliado na Praça Ruy Barbosa, Fatima Bahia. Declaramos ainda, que o imóvel acima citado não possui debitos municipais, e que está na zona urbana do município, e devidamente cadastrado no registro emobiliário, e que por problemas técnicos não fora emitido o IPTU.

Paripiranga-Ba, 11 de Setembro de 2017.


Vicente Cardoso de Carvalho
Portaria 18/2017
Diretor Setor Tributos

VICENTE CARDOSO DE CARVALHO
CHEFE DO SETOR DE TRIBUTOS
PORTARIA 18/2017

SECRET
1

ILEGÍVEL

5

ILEGÍVEL

ILEGÍVEL



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria Geral da Fazenda Nacional



**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS**

CPF: [REDAZIDO]

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), com a exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://www.receita.fazenda.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
Emitida às 19:34:59 do dia 31/08/2017 <hora e data de Brasília>.
Válida até 27/02/2018.

Código de controle da certidão: **DF1B.9C1C.AF3C.2483**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

ILEGÍVEL



Nº 3538832



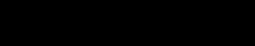
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
PROCESSOS ORIGINÁRIOS CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis e Criminais mantidos no **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**, que

N A D A C O N S T A

contra **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS** nem contra o **CPF:**



Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos de competência originária do Tribunal e que estejam em tramitação, **excluídos os processos em grau de recurso**. Poderão, também, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) também estão excluídos da pesquisa os processos que tramitam no sistema PJe, nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo) e ações monitórias (em 1º grau de jurisdição) e nas classes de mandado de segurança (individual e coletivo, ambos cíveis), agravos de instrumento originários de processos que tramitam no PJe), suspensão de segurança (em 2º grau de jurisdição) além das apelações em processos que também tramitaram no PJe no 1º grau. (Resolução PRESI 22, de 27/11/2014);
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (www.trf1.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.

Certidão Emitida em: 05/09/2017 às 12:39 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 05/09/2017, 12h39min.



Estado da Bahia
Poder Judiciário



Julzo de Direito da Vara Crime, Júri, Execuções Penais e Infância e Juventude da Comarca de Cícero Dantas-BA

Forum Desembargador Salvio Martins, centro, Cícero Dantas-BA, CEP 48.410-000, fone/fax 75 3278-2230

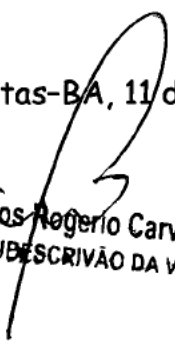
CERTIDÃO

Eu, CARLOS ROGERIO CARVALHO OLIVEIRA,
Escrivã da Vara Crime desta Comarca de Cícero Dantas, Estado da Bahia, na
forma da Lei, etc...

CERTIFICO que a requerimento de parte
interessada, revendo em meu poder e Cartório os Livros e registros próprios,
bem como o SAIPRO, verifiquei que **NADA CONSTA** com referencia
RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS - filho(a) de JOSE IDELFONSO
BOIRGES DO SANTOS e MARIA SOLANGE OLIVEIRA DO NASCIMENTO
residente no(a) POV LAJE DA BOA VISTA/ FATIMA-BA, portador do RG
[REDACTED]

O referido é verdade e dou fé.

Cícero Dantas-BA, 11 de setembro de 2017.


Carlos Rogerio Carvalho Oliveira
SUBSCRIVÃO DA VARA CRIME



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

18/09/2017

002745209



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 002745209

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 18/09/2017, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

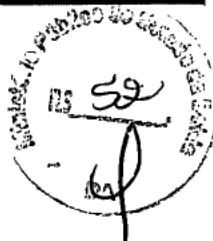
Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

Salvador, segunda-feira, 18 de setembro de 2017.

PEDIDO Nº: 002745209





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

Avenida Augusto Franco, 2260, bairro Siqueira Campos, CEP 49.075-110, Aracaju/Sergipe, 79 3234-8500.

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 0594/2017 - SR/PF/SE

JOSÉ SILVA DE PONZZES, Escrivão de Polícia Federal, lotado e em exercício na Superintendência Regional da Polícia Federal em Sergipe em Aracaju/SE, com firma reconhecida no Cartório do 2º Ofício desta Capital, localizado na Travessa Benjamin Constant, 68-Centro, Telefax: (79) 3214-1328, CEP.: 49010-100-Aracaju/SE, no uso de suas atribuições legais e à vista do contido no expediente protocolizado nesta SR/DPF/SE, onde é requerida **CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS**, para fins de direito:

CERTIFICA que, até a presente data, **NÃO HÁ registro de ANTECEDENTES CRIMINAIS**, no Departamento de Polícia Federal, em nome de **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS**, sexo masculino, brasileiro, solteiro, filho de José Idelfonso Borges dos Santos e Maria Solange Oliveira do Nascimento, nascido aos

Nada mais havendo, firma a presente.

Aracaju/SE, 18 de setembro de 2017

JOSÉ SILVA DE PONZZES
Escrivão de Polícia Federal
Classe Especial - Matrícula nº 2.417.538

Expedição gratuita



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

18/09/2017

002745209



CERTIDÃO ESTADUAL
AÇÕES CÍVEIS - PESSOA FÍSICA

CERTIDÃO Nº: 002745209

FOLHA: 1/1

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça (<http://esaj.tjba.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>).

CERTIFICO que, pesquisando os registros de distribuições de feitos cíveis do Estado da Bahia, anteriores a data de 18/09/2017, verifiquei NADA CONSTAR em nome de:

RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS,

Os dados informados são de responsabilidade do solicitante, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e/ou destinatário. Esta certidão abrange as ações das Varas de Família, incluindo as que versam sobre Tutela e Curatela, Varas de Registro Público, Varas de Acidentes de Trabalho, Varas da Fazenda Pública Municipal e Estadual.

Certifico finalmente que esta certidão é sem custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 30 dias a partir da data de sua emissão. Após esta data será necessária a emissão de uma nova certidão.

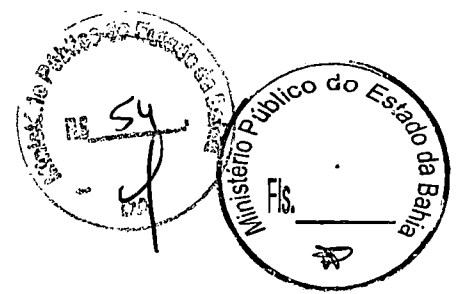
Salvador, segunda-feira, 18 de setembro de 2017.

PEDIDO Nº: **002745209**





MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref.: Dispensa de licitação – Locação – Paripiranga

SIMP nº 003.0.10878/2017

DESPACHO

De ordem, encaminha-se o expediente à Assessoria Técnico-Jurídica, para análise e parecer acerca da contratação, inclusive sobre a minuta de contrato elaborada por esta Unidade (em anexo).

Salvador, 18 de setembro de 2017.

Fernanda Peres
Fernanda da Costa Peres
Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula nº 352.831



CONTRATO DE LOCAÇÃO PREDIAL URBANA, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº XXX/2017 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS**, CPF nº [REDACTED] estabelecido à Praça Rui Barbosa, nº 07, Fátima - BA, doravante denominado **LOCADOR**, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº xxx/2017-DA, protocolado sob nº. 003.0.xxxxxxx/2017, que, independentemente de transcrição, integra este instrumento, e observadas as disposições da Lei Estadual-BA nº 9.433, de 01 de março de 2005, artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº. 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a Locação de Imóvel Urbano pertencente ao **LOCADOR**, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga-BA, compreendendo 06 (seis) salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo, e mais 01 (um) sanitário comum, perfazendo área total privativa de aproximadamente 88,00 m², imóvel que corresponde a parte da área total do pavimento térreo do edifício situado à Praça Dois de Julho, nº 364, Paripiranga - BA, CEP 49.430-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101/0003	03.122.503.2047	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço unitário deste contrato será correspondente ao valor mensal do aluguel, no montante de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais);

3.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor anual estimado de R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais) e o valor global estimado, para o período de 03 (três) anos, de R\$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

4.1 Os faturamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de fatura ou nota de aluguel pelo **LOCADOR**, com indicação do mês sob referência, acompanhada das certidões e/ou documentações eventualmente cabíveis, e o respectivo pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

4.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo **LOCADOR** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

4.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta **CLÁUSULA**, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

4.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo **LOCATÁRIO** será iniciado somente a partir da data de efetiva entrega do imóvel pelo **LOCADOR**, isto é, com todas as adaptações ajustadas entre as partes, nos termos do **item 8.1** deste instrumento, devidamente aceita pelo **LOCATÁRIO**;

4.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

4.3 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária para crédito, em parcelas iguais, na conta bancária indicada pelo **LOCADOR**, a seguir especificada:

4.3.1 Titular: Ricardo Nascimento Santos;

4.3.2 Banco: Banco do Brasil;

4.3.3 Dados bancários: Conta Corrente nº 24.542-0 e Agência nº 1107-X;

4.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do **IGPM/FGV pro rata temporis**, ressalvado o quanto disposto no **item 4.1.2**;

4.4.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas financeiras no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**;

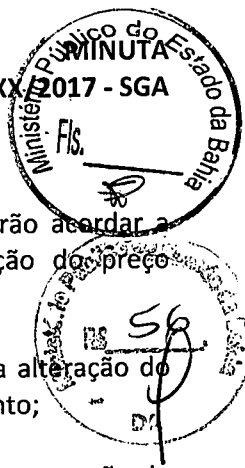
CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do Contrato, mediante aplicação do **IGPM/FGV**, observadas as disposições legais, e ainda:

5.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do índice **IGPM-FGV**, são:

Mês de Início: outubro

Mês de Término: setembro



5.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o **IGPM/FGV**, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

5.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

5.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

5.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse dos **LOCADORES**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

5.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6. O prazo de vigência do presente Contrato será de 03 (três) anos, a começar em 01 de outubro de 2017 e a terminar em 30 de setembro de 2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

7.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme Relatório de Visita Técnica emitido pela sua Diretoria de Engenharia e Arquitetura, constante no processo de dispensa de licitação nº 003.0.xxxxxxx/2017;

7.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**, excetuando-se aquelas já autorizadas nos termos do Relatório de Visita Técnica emitido pela sua Diretoria de Engenharia e Arquitetura, supramencionado;

7.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado;

7.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

7.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

7.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

7.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

7.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORES

8. O **LOCADOR** obriga-se a:

8.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

8.1.1 Instalação de porta de vidro temperado no corredor de circulação;

8.1.2 Substituição de porta de madeira da sala 01 por porta de vidro temperado;

8.1.3 Instalação de bancada para copa;

8.2 Entregar o imóvel com o alvará de Habite-se, emitido pelo Poder Executivo Municipal;

8.3 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

8.4 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas, ressalvadas as reformas iniciais, a serem realizadas pelo **LOCATÁRIO**, necessárias à adequação do imóvel para sua plena utilização nos moldes do quanto pactuado neste instrumento;

8.5 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e esgoto;

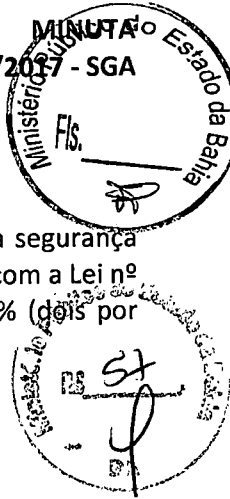
8.6 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

8.7 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

8.8 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.9 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

8.10 Providenciar a averbação da construção do imóvel na respectiva escritura, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de início da vigência contratual, sob pena de multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de



atraso;

8.11 Apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, que ateste a regularidade da segurança contra incêndio e pânico, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, sob pena de multa de 2% (dois por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DOS LOCADORESES

9.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**;

9.2 Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância do que fora pactuado neste instrumento;

9.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir ao **LOCADOR** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

10.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

10.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

10.2.5 Emitir habilitações para o recebimento de pagamentos;

10.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas do **LOCADOR**, solicitando ao setor competente, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.7 Fiscalizar a obrigação do **LOCADOR** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o **LOCADOR** das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

11.1 O presente contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

11.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, sob as seguintes condições:

11.2.1 Caso a devolução seja informada antes de completados 12 (doze) meses de locação, deverá o **LOCATÁRIO** pagar multa correspondente a 02 (dois) meses de aluguel;

11.2.2 Caso a devolução se processe após o transcurso de 12 (meses) de locação, não haverá o pagamento de multa pelo **LOCATÁRIO**, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência;

11.3 A locação também poderá ser desfeita:

11.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

11.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

11.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos, respondendo o **LOCATÁRIO** pela mora e/ou prejuízos decorrentes;

11.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca;

12.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente;

12.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias;

12.2.1 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelos **LOCADOR** acarreta, a este, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes;

12.3 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação;

12.4 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel;

12.4.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que o **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14. O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15. Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº. 8.245/1991 e a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2017.

PELO LOCATÁRIO:

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PELO LOCADOR:

Ricardo Nascimento dos Santos
Proprietário

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

Nome:

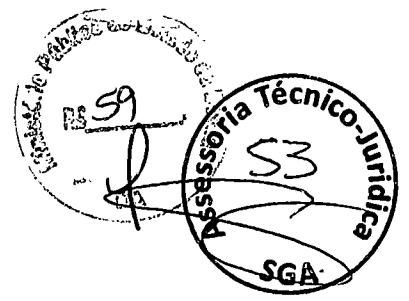
CPF/MF:

Nome:

CPF/MF:



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA



Ref.: Procedimento nº 003.0.10878/2017

DESPACHO

De ordem da Assessora de Gabinete, encaminhe-se o expediente epigrafado à Diretoria Administrativa, para formalização do procedimento de dispensa de licitação, com a urgência que o caso requer.

Após, retorne-se.

Em 18 de setembro de 2017.

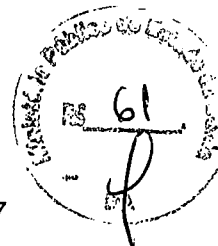


Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula 352.748

SRD	Solicitação de Reserva de Dotação	40101.0003.17.0000199-9
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa		
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público		
Tipo de Instrumento: Contratos e assemelhados	Modalidade Licitação: Dispensa - art. 59	Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS DESTINADO A ABRIGAR A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPIRANGA-BA, PELO PERÍODO DE 03 ANOS, CONF. DA-127/2017, SIMP 003.0.23210/2017
Data do Cadastro: 18/09/2017	Situação: Incluída	Integração Simpas: Não
Responsável da Unidade: JOSIAS MARQUES NETO	E-mail Responsável pela Unidade: JOSIAS.NETO@MPBA.MP.BR	Telefone do Responsável pela Unidade: 31030118
Valor da SRD (R\$) *** 111.600,00	CENTO E ONZE MIL E SEISCENTOS REAIS *** **	
Justificativa:	Usuário de Alteração:	Data/Hora de Alteração:

DEMONSTRATIVO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR EXERCÍCIO		
Exercício:	Dotação:	Valor Anual (R\$):
2017	40101.0003.03.122.503.2047.9900.33903600.0100000000.1	9.300,00
2018	40101.0003.03.122.503.2047.9900.33903600.0100000000.1	37.200,00
2019	40101.0003.03.122.503.2047.9900.33903600.0100000000.1	37.200,00
2020	40101.0003.03.122.503.2047.9900.33903600.0100000000.1	27.900,00

DEMONSTRATIVO DE RESERVA DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO EXERCÍCIO				
Exercício:	Dotação:	Saldo para Reserva anterior à SRD (R\$):	SRD - Exercício Corrente (R\$):	Saldo para Reserva após a SRD (R\$):
2017	40101.0003.03.122.503.2047.9900.3390 3600.0100000000.1	-101.305,71	9.300,00	-110.605,71



DESPACHO

De ordem do Superintendente de Gestão Administrativa, encaminhe-se o presente expediente à Assessoria-Técnico Jurídica desta Superintendência de Gestão Administrativa, para exame e parecer.

Em 19 de setembro de 2017


Maria Rita Dantas Bastos
Analista Técnica

Unidade de Apoio Técnico e Administrativo/SGA



PROCEDIMENTO Nº. 003.0.23210/2017 – PGJ
003.0.10878/2017 – PGJ (APENSO)

INTERESSADO: DIRETORIA ADMINISTRATIVA

ASSUNTO: DISPENSA DE LICITAÇÃO

EMENTA: DISPENSA DE LICITAÇÃO. LOCAÇÃO DE IMÓVEL. SEDE DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PARIPIRANGA. APLICAÇÃO DO ART. 59, INCISO VII, DA LEI ESTADUAL Nº 9.433/05. PELO DEFERIMENTO.

PARECER Nº. 0839/2017

1. Trata-se de solicitação de autorização para contratação direta, através de Dispensa de Licitação, em favor de Ricardo Nascimento dos Santos, visando à locação de imóvel urbano situado à Praça Largo Dois de Julho, nº 364, Centro, Paripiranga – BA, no valor mensal de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais), para a instalação da sede da Promotoria de Justiça de Paripiranga.
2. A despesa correrá por conta do Projeto/Atividade 2047 – Manutenção de Unidade do Ministério Público –, Elemento 33.90.36, cujo saldo de dotação é de R\$ 266.163,88 (duzentos e sessenta e seis mil cento e sessenta e três reais e oitenta e oito centavos).
3. Anexados ao pedido: autorização para dispensa de licitação; justificativa para contratação; proposta de locação; minuta do contrato locatício que se pretende firmar; cópias dos documentos de identificação e certidões do proprietário; documentos comprobatórios da titularidade do domínio do bem; relatório da Diretoria de Engenharia e Arquitetura; laudo de avaliação comercial do imóvel, realizada por oficial de justiça avaliador da localidade; além de outros documentos relativos à avença.





4. O Art. 59, VII, da Lei nº 9.433/05, dispõe:

Art 59 – “ É dispensável a licitação:

(...)

VII – para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento das finalidades precípuas da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;” (sem grifos no original)


5. Na minuta contratual constam as cláusulas referentes ao objeto, dotação orçamentária, preço, condições de pagamento e retenção de tributos, reajustamento e revisão de preços, vigência, obrigações dos contratantes, tributos, direito de preferência, fiscalização, impedimento à utilização da imóvel, extinção da locação, publicidade, foro e disposições gerais, estando em conformidade com as disposições das legislações de regência.

6. Considerando que a presente hipótese enquadra-se no dispositivo legal citado, esta Assessoria Técnico-Jurídica opina pela autorização para dispensa de licitação, aprovando a minuta de contrato apresentada.

É o parecer, s.m.j.

Salvador, 19 de setembro de 2017.


Bel.^a. Maria Paula Simões Silva
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula 351.869


Bel. Gláucio Matos Santos de Cerqueira
Assessoria Técnico-Jurídica/SGA
Matrícula 352.748



DESPACHO

Acolho parecer nº 0839/2017 da Assessoria Técnico-Jurídica desta Superintendência de Gestão Administrativa pelos fundamentos expostos.

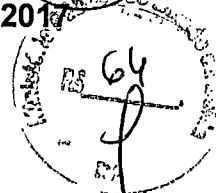
Encaminhe-se o presente expediente à Diretoria Administrativa, para ciência e adoção das providências julgadas necessárias.

Em 20 de setembro de 2017


Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa



Ref.: 003.0.23210/2017



DESPACHO

Tendo em vista o despacho de fls. 57 da Superintendência de Gestão Administrativa autorizando à contratação, por dispensa de licitação, para locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga, encaminhe-se o presente expediente à Coordenação Financeira para providenciar:

- ☒ empenho, quando couber;
- ☒ em articulação com a unidade responsável pela gestão/fiscalização, a entrega do Instrumento Contratual e/ou Empenho ao fornecedor, quando couber;
- ☒ envio de cópia do Instrumento Contratual e/ou Empenho e seus anexos para a unidade responsável pela fiscalização/execução;
- ☐ junto ao fornecedor, o documento comprobatório da garantia;
- ☒ demais providências pertinentes.

Salvador, 21 de setembro de 2017.


Josias Marques Neto
Diretor Administrativo



Ao Senhor

JOSIAS MARQUES NETO


Diretor Administrativo do Ministério Público da Bahia

5ª Avenida, nº 750, CAB - Salvador/BA

Prezado Diretor,

Apesar de já ter concordado com todos os termos e condições do Contrato nº 130/2017 - SGA, no que tange à cláusula 8.10 do referido contrato, cujo teor obriga este LOCATÁRIO a apresentação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, em contato com a Unidade de Bombeiros responsável pelo município de Paripiranga, qual seja, o 15º Grupamento de Paulo Afonso, fui informado dos trâmites para a obtenção de tal documento, sendo necessários, primeiro, a elaboração por engenheiro ou arquiteto de um Projeto de Segurança contra Incêndio, segundo, protocolar o dito Projeto na Unidade de Bombeiros em Paulo Afonso para fins de estudo e, após isso, aguardar a visita *in loco* dos Bombeiros para, tudo estando aprovado, expedir-se o AVCB. Pelo exposto, considerando o tempo necessário para conclusão de todas as etapas acima descritas, bem como o fato de não existir Unidade de Bombeiros em Paripiranga, sendo o Grupamento mais próximo a 270 km (duzentos e setenta quilômetros), na cidade de Paulo Afonso, **solicito a inclusão na cláusula 8.10, do Contrato nº 130/2017 - SGA, do prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de início da vigência contratual, para apresentação do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros - AVCB, podendo ser entregue antes, uma vez que o procedimento já está em andamento.**

Paripiranga, 21 de setembro de 2017.


RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS
LOCATÁRIO

Maria Amalia Borges Franco



De: Fernanda Peres <fernanda.peres@mpba.mp.br>
Enviado em: segunda-feira, 25 de setembro de 2017 10:52
Para: Maria Amalia Borges Franco; Paulo Vinicius Castro Sampaio; Heverton dos Santos Campos; Josias Marques de Lima Neto; Maria Paula Simoes Silva
Cc: Coordenação de Contratos e Convênios
Assunto: RES: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros
Anexos: Contrato de Locação de imóvel - PARIPIRANGA - 25.09.17.pdf

Prezados,

Bom dia!

Em atenção ao quanto informado/solicitado por Amália, colho do presente para encaminhar a minuta de contrato ajustada, relativa à locação da sede da PJ de Paripiranga, com a previsão de prazo de **60 dias** para que o Locador apresente o Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB.

Colocamo-nos, desde já, à disposição para quaisquer outros esclarecimentos ou ajustes que se façam necessários.

Atenciosamente,

Fernanda da Costa Peres

Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Superintendência de Gestão Administrativa
Ministério Público do Estado da Bahia
Tel.: (71) 3103-0540

De ordem do Diretor Administrativo, Josias Marques, houve o entendimento de prorrogação do prazo em 60 dias para o laudo de vistoria do Corpo de Bombeiros

Em: 27/09/17
M^{te} Amalia B. Franco
Gerente
Cad. 351.470

De: Maria Amalia Borges Franco [mailto:amalia@mpba.mp.br]

Enviada em: sexta-feira, 22 de setembro de 2017 14:38

Para: 'Paulo Sampaio'; 'Heverton dos Santos Campos'; 'Josias Marques de Lima Neto'; 'Coordenação de Contratos e Convênios'; 'Jurídico SGA'; 'Superintendencia'; 'Frederico Wellington Silveira Soares'

Cc: 'Michela Cordeiro'; 'Fernanda de Araújo Quadros'

Assunto: RES: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros

Prioridade: Alta

Diante disso, como proceder? Vale ressaltar que no caso da promotoria de Justiça Regional de Juazeiro o prazo relativo a este item foi dilatado sem maiores controvérsias. No caso de Paripiranga, cujo **início do contrato é 01/10/2017**, precisamos inclusive **devolver a sala do fórum onde funciona a 1ª Promotoria** a partir do dia 02/10/2017.

Com base nos fatos acima gostaria de um posicionamento com prazo concreto a fim de que não seja inviabilizada a locação do imóvel ou, caso seja inviabilizado, para que possamos suspender o termo de distrato, **que vigora a partir de 01/10/2017**, o qual já foi assinado inclusive por parte do proprietário do imóvel atualmente ocupado (Sr. Lenivaldo) e encaminhado, via correios, a esta Coordenação Financeira, conforme atesta e-mail anexo encaminhado pela servidora Yvelise.

Atenciosamente

Amalia Franco
Gerente
Coordenação Financeira
(71) 3103-0135

De: Paulo Sampaio [<mailto:paulo.sampaio@mpba.mp.br>]

Enviada em: sexta-feira, 22 de setembro de 2017 12:49

Para: Heverton dos Santos Campos; Maria Amalia Borges Franco; Josias Marques de Lima Neto; Coordenação de Contratos e Convênios; Jurídico SGA; Superintendencia; Frederico Welington Silveira Soares

Cc: Michela Cordeiro; Fernanda de Araújo Quadros

Assunto: Re: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros

Heverton,

Então teria que envolver o CGS, pois é a Unidade que trata de segurança Institucional no MPBA. Entendo que neste caso a decisão, inclusive do prazo a ser dilatado, não é só técnica, até porque tecnicamente o imóvel teria que está legalizado antes de o MP entrar. Nesse sentido, a ideia é que as Unidades envolvidas emitem suas opiniões para que a decisão seja tomada em conjunto.

Atenciosamente,

Paulo Sampaio

Diretor de Engenharia e Arquitetura

Ministério Público do Estado da Bahia

Telefone: (71) 3103-0190

E-mail: paulo.sampaio@mpba.mp.br

From: Heverton dos Santos Campos

Sent: Friday, September 22, 2017 11:42 AM

To: [Paulo Vinicius Castro Sampaio](#) ; [Maria Amalia Borges Franco](#) ; [Josias Marques de Lima Neto](#) ; [Coordenação de Contratos e Convênios](#) ; [Jurídico SGA](#) ; [Superintendencia](#) ; [Frederico Welington Silveira Soares](#)

Cc: [Michela Cordeiro](#) ; [Fernanda de Araújo Quadros](#)

Subject: RES: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros

Paulo,

Não vemos problemas em modificar a clausula, porém, por se tratar de uma questão de segurança institucional, acho que a área técnica deve definir o prazo de dilação.

Atenciosamente,

HEVERTON CAMPOS

Coordenador Executivo

Coordenação de Contratos e Convênios

MINISTÉRIO PÚBLICO - BA

(71) 3103-0111

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

De: Paulo Sampaio [<mailto:paulo.sampaio@mpba.mp.br>]

Enviada em: sexta-feira, 22 de setembro de 2017 11:40

Para: Heverton dos Santos Campos; Maria Amalia Borges Franco; Josias Marques de Lima Neto; Coordenação de Contratos e Convênios; Jurídico SGA; Superintendencia; Frederico Welington Silveira Soares

Cc: Michela Cordeiro; Fernanda de Araújo Quadros

Assunto: Re: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros

Bom dia Heverton!

E qual é o entendimento da Coordenação de Contratos quanto ao pleito?

Atenciosamente,

Paulo Sampaio
Diretor de Engenharia e Arquitetura
Ministério Público do Estado da Bahia
Telefone: (71) 3103-0190
E-mail: paulo.sampaio@mpba.mp.br

From: Heverton dos Santos Campos

Sent: Friday, September 22, 2017 11:29 AM

To: Maria Amalia Borges Franco ; Paulo Vinicius Castro Sampaio ; Josias Marques de Lima Neto ; Coordenação de Contratos e Convênios ; Jurídico SGA ; Superintendencia ; Frederico Welington Silveira Soares

Cc: Michela Cordeiro ; Fernanda de Araújo Quadros

Subject: RES: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros

Prezados,

Estamos a disposição para fazermos as alterações no prazo que a administração determinar.

Atenciosamente,

HEVERTON CAMPOS
Coordenador Executivo
Coordenação de Contratos e Convênios
MINISTÉRIO PÚBLICO - BA
(71) 3103-0111

Missão do MPBA: Defender a sociedade e o regime democrático para garantia da cidadania plena.

De: Maria Amalia Borges Franco [<mailto:amalia@mpba.mp.br>]

Enviada em: sexta-feira, 22 de setembro de 2017 09:28

Para: Paulo Vinicius Castro Sampaio; Josias Marques de Lima Neto; Coordenação de Contratos e Convênios; Jurídico SGA; Superintendencia; Frederico Welington Silveira Soares

Cc: Michela Cordeiro; Fernanda de Araújo Quadros

Assunto: RES: LOCAÇÃO PARIPIRANGA - prazo entrega de laudo bombeiros

Prioridade: Alta

Prezado(s) Senhor(es)

Fico no aguardo do posicionamento dos setores Jurídico e de Contratos acerca do prazo a fim de que possamos agilizar a alteração na minuta e proceder com a assinatura do contrato, **com a urgência que o caso requer**, visto que o início do novo contrato é 01/10/2017.

Atenciosamente

Amalia Franco
Gerente
Coordenação Financeira



CONTRATO DE LOCAÇÃO PREDIAL URBANA, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 130/2017 - SGA

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Welington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS**, CPF nº [REDACTED] estabelecido à Praça Rui Barbosa, nº 07, Fátima - BA, doravante denominado **LOCADOR**, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº 127/2017-DA, protocolado sob nº. 003.0.23210/2017, que, independentemente de transcrição, integra este instrumento, e observadas as disposições da Lei Estadual-BA nº 9.433, de 01 de março de 2005, artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº. 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a Locação de Imóvel Urbano pertencente ao **LOCADOR**, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga-BA, compreendendo 06 (seis) salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo, e mais 01 (um) sanitário comum, perfazendo área total privativa de aproximadamente 88,00 m², imóvel que corresponde a parte da área total do pavimento térreo do edifício situado à Praça Dois de Julho, nº 364, Paripiranga - BA, CEP 49.430-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101/0003	03.122.503.2047	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço unitário deste contrato será correspondente ao valor mensal do aluguel, no montante de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais);

3.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor anual estimado de R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais) e o valor global estimado, para o período de 03 (três) anos, de R\$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS

4.1 Os faturamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de fatura ou nota de aluguel pelo **LOCADOR**, com indicação do mês sob referência, acompanhada das certidões e/ou documentações eventualmente cabíveis, e o respectivo pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

4.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo **LOCADOR** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

4.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta **CLÁUSULA**, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

4.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo **LOCATÁRIO** será iniciado somente a partir da data de efetiva entrega do imóvel pelo **LOCADOR**, isto é, com todas as adaptações ajustadas entre as partes, nos termos do **item 8.1** deste instrumento, devidamente aceitas pelo **LOCATÁRIO**;

4.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

4.3 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária para crédito, em parcelas iguais, na conta bancária indicada pelo **LOCADOR**, a seguir especificada:

4.3.1 Titular: Ricardo Nascimento Santos;

4.3.2 Banco: Banco do Brasil;

4.3.3 Dados bancários: Conta Corrente nº 24.524-0 e Agência nº 1107-X;

4.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do **IGPM/FGV pro rata temporis**, ressalvado o quanto disposto no **item 4.1.2**;

4.4.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas financeiras no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**;

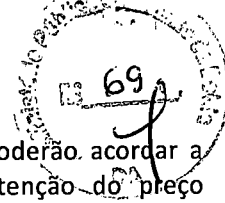
CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do Contrato, mediante aplicação do **IGPM/FGV**, observadas as disposições legais, e ainda:

5.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do índice **IGPM-FGV**, são:

Mês de Início: outubro

Mês de Término: setembro



5.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o IGPM/FGV, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

5.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

5.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

5.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

5.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6. O prazo de vigência do presente Contrato será de 03 (três) anos, a começar em 01 de outubro de 2017 e a terminar em 30 de setembro de 2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

7.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme Relatório de Visita Técnica emitido pela sua Diretoria de Engenharia e Arquitetura, constante no processo de dispensa de licitação que deu origem a este instrumento;

7.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**, excetuando-se aquelas já autorizadas nos termos do Relatório de Visita Técnica emitido pela sua Diretoria de Engenharia e Arquitetura, supramencionado;

7.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado;

7.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

7.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

7.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;

7.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

7.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

8. O **LOCADOR** obriga-se a:

8.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

8.1.1 Instalação de porta de vidro temperado no corredor de circulação;

8.1.2 Instalação de bancada para copa;

8.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

8.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas, ressalvadas as reformas iniciais, a serem realizadas pelo **LOCATÁRIO**, necessárias à adequação do imóvel para sua plena utilização nos moldes do quanto pactuado neste instrumento;

8.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e esgoto;

8.5 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

8.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

8.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

8.9 Providenciar a averbação da construção do imóvel na respectiva escritura, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de início da vigência contratual, sob pena de multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

8.10 Apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, que ateste a regularidade da segurança contra incêndio e pânico, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias



contados da data de início da vigência contratual, sob pena de multa de 2% (dois por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

9.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**;

9.2 Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância do que fora pactuado neste instrumento;

9.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir ao **LOCADOR** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

10.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

10.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

10.2.5 Emitir habilitações para o recebimento de pagamentos;

10.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas do **LOCADOR**, solicitando ao setor competente, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.7 Fiscalizar a obrigação do **LOCADOR** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o

LOCADOR das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

11.1 O presente contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

11.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, sob as seguintes condições:

11.2.1 Caso a devolução seja informada antes de completados 12 (doze) meses de locação, deverá o **LOCATÁRIO** pagar multa correspondente a 02 (dois) meses de aluguel;

11.2.2 Caso a devolução se processe após o transcurso de 12 (meses) de locação, não haverá o pagamento de multa pelo **LOCATÁRIO**, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência;

11.3 A locação também poderá ser desfeita:

11.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

11.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

11.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos, respondendo o **LOCATÁRIO** pela mora e/ou prejuízos decorrentes;

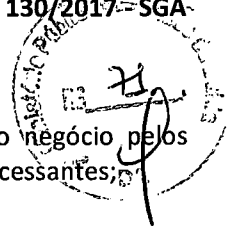
11.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca;

12.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente;

12.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias;



12.2.1 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelos **LOCADOR** acarreta, a este, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes;

12.3 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação;

12.4 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel;

12.4.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que o **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14. O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15. Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.

16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº. 8.245/1991 e a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, ____ de _____ de 2017.

PELO LOCATÁRIO:

Frederico Welington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PELO LOCADOR:

Ricardo Nascimento dos Santos
Proprietário

TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

2ª Testemunha:

Nome:
CPF/MF:

Nome:
CPF/MF:

COORDENAÇÃO DE CONTRATOS E CONVÊNIOS
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

Ref: Contrato 130/2017-SGA
SIMP. Nº 003.0.23210/2017

DESPACHO

De ordem, encaminho o expediente à Coordenação Financeira, com **2 (duas) vias do Contrato nº 130/2017-SGA**, bem como cópias da publicação do resumo deste no Diário da Justiça Eletrônico nº 2.003 do dia 11/10/2017.

Oportunamente, encaminhamos a publicação da Portaria nº 292/2017 designatória do fiscal do mencionado ajuste.

Em 16 de outubro de 2017.

Paula S. de Paula Marques
Paula Souza de Paula Marques
Unidade de Contratos e Convênios
Coordenação de Contratos e Convênios
Matrícula 353.433

CONTRATO DE LOCAÇÃO PREDIAL URBANA, PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, COMO LOCATÁRIO, E RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS, COMO LOCADOR, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATO Nº 130/2017 - SGA

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, CNPJ nº 04.142.491/0001-66, com sede situada à 5ª Avenida, nº 750, Centro Administrativo da Bahia - CAB, Salvador - BA, neste ato representado pelo Superintendente de Gestão Administrativa, **Frederico Wellington Silveira Soares**, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e **RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS**, CPF nº [REDACTED] estabelecido à Praça Rui Barbosa, nº 07, Fátima - BA, doravante denominado **LOCADOR**, com base no Processo de Dispensa de Licitação nº 127/2017-DA, protocolado sob nº. 003.0.23210/2017, que, independentemente de transcrição, integra este instrumento, e observadas as disposições da Lei Estadual-BA nº 9.433, de 01 de março de 2005, artigo 59, inciso VII, e da Lei Federal nº. 8.245, de 18 de outubro de 1991, e suas alterações posteriores, celebram o presente Contrato, mediante as cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1. Constitui objeto do presente contrato a Locação de Imóvel Urbano pertencente ao **LOCADOR**, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga-BA, compreendendo 06 (seis) salas, sendo 01 (uma) com sanitário privativo, e mais 01 (um) sanitário comum, perfazendo área total privativa de aproximadamente 88,00 m², imóvel que corresponde a parte da área total do pavimento térreo do edifício situado à Praça Dois de Julho, nº 364, Paripiranga - BA, CEP 49.430-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

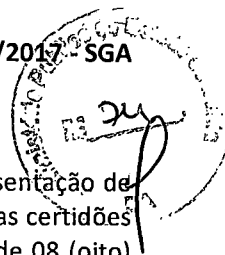
Cód. Unidade Orçamentária/Gestora	Ação (P/A/OE)	Região	Destinação de Recursos	Natureza da Despesa
40.101/0003	03.122.503.2047	9900	100	33.90.36

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO

3.1 O preço unitário deste contrato será correspondente ao valor mensal do aluguel, no montante de R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais);

3.2 Para efeito de previsão, dá-se ao presente contrato o valor anual estimado de R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais) e o valor global estimado, para o período de 03 (três) anos, de R\$ 111.600,00 (cento e onze mil e seiscentos reais).

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTOS E DA RETENÇÃO DE TRIBUTOS



4.1 Os faturamentos mensais relativos ao objeto deste Contrato serão efetuados mediante apresentação de fatura ou nota de aluguel pelo **LOCADOR**, com indicação do mês sob referência, acompanhada das certidões e/ou documentações eventualmente cabíveis, e o respectivo pagamento se concluirá no prazo de 08 (oito) dias úteis a contar da data de apresentação da referida documentação, desde que não haja pendência a ser regularizada;

4.1.1 No caso de ausência de apresentação da fatura/nota de aluguel pelo **LOCADOR** em determinado mês, poder-se-á, a critério do **LOCATÁRIO**, substituir tal documento por declaração da Unidade Gestora do contrato de que o imóvel permaneceu em disponibilidade à Instituição no mês em questão;

4.1.2 Verificando-se qualquer pendência impeditiva do pagamento mensal, nos termos desta **CLÁUSULA**, será considerada data da apresentação da documentação aquela na qual foi realizada a respectiva regularização;

4.1.3 Para fins de pagamento do primeiro mês de locação, o cômputo dos dias devidos pelo **LOCATÁRIO** será iniciado somente a partir da data de efetiva entrega do imóvel pelo **LOCADOR**, isto é, com todas as adaptações ajustadas entre as partes, nos termos do **item 8.1** deste instrumento, devidamente aceitas pelo **LOCATÁRIO**;

4.2 O **LOCATÁRIO** realizará a retenção de impostos ou outras obrigações de natureza tributária, de acordo com a legislação vigente.

4.3 Os pagamentos serão efetuados através de ordem bancária para crédito, em parcelas iguais, na conta bancária indicada pelo **LOCADOR**, a seguir especificada:

4.3.1 Titular: Ricardo Nascimento Santos;

4.3.2 Banco: Banco do Brasil;

4.3.3 Dados bancários: Conta Corrente nº 24.524-0 e Agência nº 1107-X;

4.4 A atualização monetária dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**, em caso de mora, será calculada considerando a data do vencimento da obrigação e do seu efetivo pagamento, de acordo com a variação do **IGPM/FGV pro rata temporis**, ressalvado o quanto disposto no **item 4.1.2**;

4.4.1 Não serão considerados, para efeito de caracterização de mora imputável ao **LOCATÁRIO**, eventuais atrasos de pagamento no período de fechamento do exercício financeiro do Estado da Bahia, compreendido entre o final do mês de dezembro e o mês de janeiro do exercício subsequente, uma vez decorrentes de circunstâncias alheias à vontade das partes, isto é, por força do bloqueio de rotinas financeiras no sistema estadual obrigatoriamente utilizado para a execução dos pagamentos devidos pelo **LOCATÁRIO**;

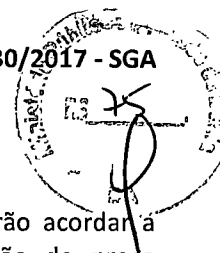
CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTO E DA REVISÃO DE PREÇOS

5.1 A eventual concessão de reajustamento, nos termos do inc. XXV do art. 8º da Lei Estadual – BA nº 9.433/2005, fica condicionada ao transcurso do prazo de 12 (doze) meses da data da assinatura do Contrato, mediante aplicação do **IGPM/FGV**, observadas as disposições legais, e ainda:

5.1.1 Os meses de início e término, utilizados como referência para o cálculo da variação do índice **IGPM-FGV**, são:

Mês de Início: outubro

Mês de Término: setembro



5.1.2 Por ocasião das tratativas acerca da concessão de reajustamento, as partes poderão acordar a aplicação de percentual menor que o **IGPM/FGV**, ou, ainda, decidir pela manutenção do preço originalmente pactuado;

5.1.3 A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços não caracteriza alteração do mesmo, podendo ser registrada por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento;

5.1.4 Quando, antes da data do reajustamento, tiver ocorrido revisão do contrato para manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, exceto nas hipóteses de força maior, caso fortuito, agravação imprevista, fato da administração ou fato do príncipe, será a revisão considerada à ocasião do reajuste, para evitar acumulação injustificada;

5.2 A revisão de preços nos termos do inc. XXVI do art. 8º da Lei Estadual – BA nº. 9.433/2005, por interesse do **LOCADOR**, dependerá de requerimento formal, instruído com a documentação que comprove o desequilíbrio econômico-financeiro do Contrato. Deverá ser instaurada pelo **LOCATÁRIO**, entretanto, quando este pretender recompor o preço que se tornou excessivo;

5.2.1 A revisão de preços, se ocorrer, deverá ser formalizada através de celebração de Aditivo Contratual;

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6. O prazo de vigência do presente Contrato será de 03 (três) anos, a começar em 01 de outubro de 2017 e a terminar em 30 de setembro de 2020, podendo ser prorrogado, se houver interesse das partes, mediante Aditivo Contratual.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

7. O **LOCATÁRIO** obriga-se a:

7.1 Manter o imóvel em boas condições de limpeza e conservação, para restituí-lo quando findo ou rescindido este contrato no estado que o recebeu, salvo as deteriorações decorrentes do seu uso normal e as alterações feitas pelo **LOCATÁRIO** quando do início da vigência contratual, conforme Relatório de Visita Técnica emitido pela sua Diretoria de Engenharia e Arquitetura, constante no processo de dispensa de licitação que deu origem a este instrumento;

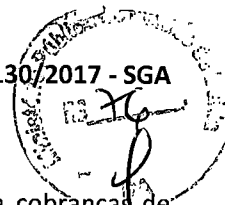
7.2 Não realizar qualquer obra que modifique a divisão do imóvel hoje existente ou sua estrutura, sem autorização prévia e por escrito do **LOCADOR**, excetuando-se aquelas já autorizadas nos termos do Relatório de Visita Técnica emitido pela sua Diretoria de Engenharia e Arquitetura, supramencionado;

7.3 Pagar as despesas de consumo de telefonia fixa relativas ao imóvel locado;

7.4 Levar ao conhecimento do **LOCADOR**, imediatamente, o surgimento de qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como, as eventuais turbações de terceiros;

7.5 Pagar o aluguel e os encargos da locação, legal ou contratualmente exigíveis, nos prazos estipulados;

7.6 Servir-se do imóvel para o uso convencionado, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina;



7.7 Dar ciência ao **LOCADOR** sobre documentos que venha a receber no imóvel relativos a cobranças de tributos e outros encargos sobre o mesmo, bem como sobre qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública relativas ao imóvel;

7.8 Permitir a vistoria do imóvel pelo **LOCADOR** ou por seu mandatário, mediante combinação prévia de dia e hora, bem como admitir que seja o mesmo visitado e examinado por terceiros, nas hipóteses legais de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, em dias, horários e formas que não comprometam e/ou interrompam o regular funcionamento do expediente do **LOCATÁRIO**;

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

8. O **LOCADOR** obriga-se a:

8.1 Entregar ao **LOCATÁRIO** o imóvel alugado em perfeito estado de conservação e plenamente apto ao uso a que se destina, em conformidade com as alterações exigidas no Relatório de Vistoria emitido pela Diretoria de Engenharia e Arquitetura do **LOCATÁRIO**, relativas à execução dos serviços de:

8.1.1 Instalação de porta de vidro temperado no corredor de circulação;

8.1.2 Instalação de bancada para copa;

8.2 Executar no imóvel locado as reparações caracterizadas como úteis à manutenção de sua estrutura, desde que não constituam encargo do **LOCATÁRIO**;

8.3 Ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas relativas a benfeitorias necessárias por este realizadas no imóvel, bem como as despesas referentes às benfeitorias úteis, quando autorizadas, ressalvadas as reformas iniciais, a serem realizadas pelo **LOCATÁRIO**, necessárias à adequação do imóvel para sua plena utilização nos moldes do quanto pactuado neste instrumento;

8.4 Arcar com todas as despesas decorrentes de qualquer transação com o imóvel, bem como aquelas decorrentes do consumo de energia elétrica, água e esgoto;

8.5 Responder pelos vícios ou defeitos estruturais identificados no imóvel, devendo ressarcir ao **LOCATÁRIO** todas as despesas ou prejuízos por este suportados;

8.6 Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel locado;

8.7 Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.8 Exibir ao **LOCATÁRIO**, caso solicitado, os comprovantes relativos a adimplementos de obrigações ou quitações referentes a despesas e/ou encargos com o bem locado, cujos pagamentos devam ser diretamente por eles efetuados;

8.9 Providenciar a averbação da construção do imóvel na respectiva escritura, de modo a atualizar o registro imobiliário correspondente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de início da vigência contratual, sob pena de multa de 5% (cinco por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso;

8.10 Apresentar Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros – AVCB, que ateste a regularidade da segurança contra incêndio e pânico, expedido pelo Corpo de Bombeiros Militar da Bahia, em conformidade com a Lei nº 12.929/2013, Decreto nº 16.302/2015 e Instruções Técnicas do CBM, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias



contados da data de início da vigência contratual, sob pena de multa de 2% (dois por cento) do valor mensal do aluguel, a cada mês de atraso.

CLÁUSULA NONA - TRIBUTOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

9.1 Os tributos de qualquer natureza, inclusive IPTU, Taxas e Contribuições de Melhorias, ainda que resultantes de lei nova promulgada na vigência do Contrato ou de suas prorrogações, correrão por conta exclusiva do **LOCADOR**;

9.2 Na hipótese de alienação do imóvel, o **LOCADOR** deverá fazer constar na escritura de compra e venda, cláusula vinculando o adquirente ao presente Contrato, com a finalidade de observância do que fora pactuado neste instrumento;

9.3 Os herdeiros ou sucessores do **LOCADOR** também se obrigam a respeitar o presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Na forma das disposições estabelecidas na Lei Estadual-BA nº 9.433/2005, o **LOCATÁRIO** designará servidor(es), **por meio de Portaria específica para tal fim**, para a fiscalização deste contrato, tendo poderes, entre outros, para notificar o **LOCADOR** sobre as irregularidades ou falhas que porventura venham a ser encontradas na execução deste instrumento;

10.2 Incumbe à fiscalização acompanhar e verificar a perfeita execução do contrato, em todas as suas fases, competindo-lhe, primordialmente:

10.2.1 Anotar, em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando as providências necessárias à correção de falhas, irregularidades e/ou defeitos;

10.2.2 Transmitir ao **LOCADOR** instruções, e comunicar alterações de prazos, cronogramas de execução e especificações do projeto, quando for o caso;

10.2.3 Dar imediata ciência a seus superiores, dos incidentes e ocorrências da execução que possam acarretar a imposição de sanções ou a rescisão contratual;

10.2.4 Adotar, junto a terceiros, as providências necessárias para a regularidade da execução do contrato;

10.2.5 Emitir habilitações para o recebimento de pagamentos;

10.2.6 Esclarecer prontamente as dúvidas do **LOCADOR**, solicitando ao setor competente, se necessário, parecer de especialistas;

10.2.7 Fiscalizar a obrigação do **LOCADOR** de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a contratação, bem como o regular cumprimento das obrigações fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato;

10.3 A fiscalização, pelo **LOCATÁRIO**, não desobriga o **LOCADOR** de sua responsabilidade quanto à perfeita execução do objeto contratual;

10.3.1 A ausência de comunicação, por parte do **LOCATÁRIO**, sobre irregularidades ou falhas, não exime o



LOCADOR das responsabilidades determinadas neste contrato;

10.4 Para fins de fiscalização, o **LOCATÁRIO** poderá solicitar ao **LOCADOR**, a qualquer tempo, os documentos relacionados com a execução do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA EXTINÇÃO DA LOCAÇÃO

11.1 O presente contrato poderá ser extinto, independentemente de qualquer providência judicial ou extrajudicial, nos casos de incêndio, desmoronamento, desapropriação, ou outro motivo de força maior. Em qualquer das hipóteses enunciadas, a extinção não importará em indenização, multa ou qualquer outro ônus para o **LOCATÁRIO**.

11.2 Durante o prazo estipulado para a duração do contrato, não poderá o **LOCADOR** reaver o imóvel alugado. O **LOCATÁRIO**, todavia, poderá devolvê-lo, sob as seguintes condições:

11.2.1 Caso a devolução seja informada antes de completados 12 (doze) meses de locação, deverá o **LOCATÁRIO** pagar multa correspondente a 02 (dois) meses de aluguel;

11.2.2 Caso a devolução se processe após o transcurso de 12 (meses) de locação, não haverá o pagamento de multa pelo **LOCATÁRIO**, desde que este faça a respectiva comunicação ao **LOCADOR** com o mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência;

11.3 A locação também poderá ser desfeita:

11.3.1 Por mútuo acordo, o qual não importará em indenização para quaisquer das partes;

11.3.2 Em decorrência da prática de infração legal, respondendo aquele que a praticou por eventuais prejuízos ou danos causados à outra parte;

11.3.3 Em decorrência da falta de pagamento do aluguel e demais encargos, respondendo o **LOCATÁRIO** pela mora e/ou prejuízos decorrentes;

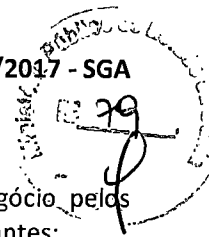
11.3.4 Para a realização de reparações urgentes determinadas pelo Poder Público, que não possam ser normalmente executadas com a permanência do **LOCATÁRIO** no imóvel ou, podendo, ele se recuse a consenti-las. Em tais hipóteses, não haverá a imposição de indenização para quaisquer das partes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO DIREITO DE PREFERÊNCIA

12.1 Nas hipóteses de venda, promessa de venda, cessão ou promessa de cessão de direitos ou dação em pagamento, o **LOCATÁRIO** tem preferência para adquirir o imóvel locado, em igualdade de condições com terceiros, devendo o **LOCADOR** dar-lhe conhecimento do negócio mediante notificação judicial, extrajudicial ou outro meio de ciência inequívoca;

12.1.1 A comunicação deverá conter todas as condições do negócio e, em especial, o preço, a forma de pagamento, a existência de ônus reais, bem como o local e horário em que pode ser examinada a documentação pertinente;

12.2 O direito de preferência do **LOCATÁRIO** caducará se não manifestada, de maneira inequívoca, sua aceitação integral à proposta, no prazo de até 30 (trinta) dias;



12.2.1 Ocorrendo aceitação da proposta, pelo **LOCATÁRIO**, a posterior desistência do negócio pelos **LOCADOR** acarreta, a este, responsabilidade pelos prejuízos ocasionados, inclusive lucros cessantes;

12.3 O direito de preferência não alcança os casos de perda da propriedade ou venda por decisão judicial, permuta, doação, integralização de capital, cisão, fusão e incorporação;

12.4 O **LOCATÁRIO** preterido no seu direito de preferência poderá reclamar do alienante as perdas e danos ou, depositando o preço e demais despesas do ato de transferência, haver para si o imóvel locado, se o requerer no prazo de 06 (seis) meses, a contar do registro do ato no cartório de imóveis, desde que o contrato de locação esteja averbado pelo menos 30 (trinta) dias antes da alienação junto à matrícula do imóvel;

12.4.1 A averbação far-se-á à vista de qualquer das vias do contrato de locação desde que subscrito também por 02 (duas) testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO IMPEDIMENTO À UTILIZAÇÃO DO IMÓVEL

13.1 No caso de incêndio ou de ocorrência de qualquer outro motivo de força maior que impeça a utilização parcial ou total do imóvel ora locado, por parte do **LOCATÁRIO**, se considerará:

13.1.1 Suspensas, no todo ou em parte, as obrigações deste Contrato, obrigando-se o **LOCADOR** a prorrogar o prazo de locação pelo tempo equivalente à realização das obras de restauração ou pelo tempo correspondente ao impedimento de uso, caso seja de interesse do **LOCATÁRIO**;

13.1.2 Extinto o presente Contrato, sem que o **LOCADOR** assista o direito a qualquer indenização, salvo se comprovada a culpa do **LOCATÁRIO**.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

14. O **LOCATÁRIO** será responsável pela publicação do resumo deste instrumento no Diário da Justiça Eletrônico (DJ-e) do Poder Judiciário do Estado da Bahia, no prazo de 10 (dez) dias corridos, contados a partir da sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15. Fica eleito o Foro da Cidade de Salvador-Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 O **LOCATÁRIO** não responderá por quaisquer compromissos assumidos perante terceiros pelo **LOCADOR**, ou seus prepostos, ainda que vinculados à execução do presente Contrato.

16.2 A inadimplência do **LOCADOR**, com relação a quaisquer custos, despesas, tributos, exigências ou encargos previstos neste contrato, não transfere ao **LOCATÁRIO** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do contrato.



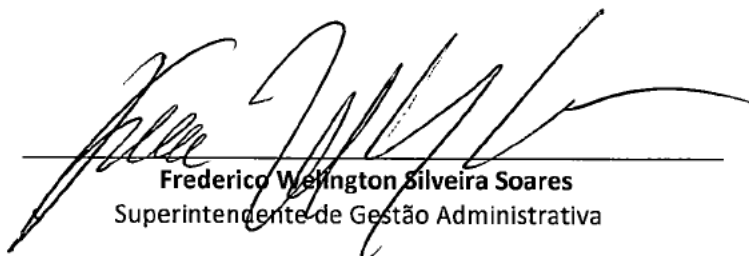
16.3 Aplicar-se-ão o Código Civil Brasileiro, a Lei Federal nº. 8.245/1991 e a Lei Estadual-BA nº 9.433/2005 para dirimir toda e qualquer questão legal relativa à execução deste contrato, em especial os casos omissos.

16.4 Não caracterizam novação eventuais variações do valor contratual resultantes de reajustamento ou revisão de preços, de compensações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas ou, ainda, de alterações de valor em razão da aplicação de penalidades.

E, por assim estarem justos e acordados, assinam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas que o subscreverem, para que produza seus efeitos legais.

Salvador, 29 de setembro de 2017.

PELO LOCATÁRIO:



Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

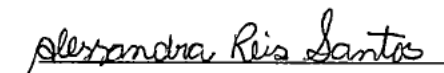
PELO LOCADOR:



Ricardo Nascimento dos Santos
Proprietário

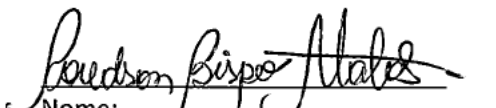
TESTEMUNHAS:

1ª Testemunha:

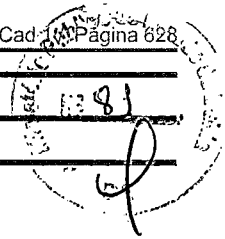


Nome: _____
CPF/MF: _____

2ª Testemunha:



Nome: _____
CPF/MF: _____

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA
GABINETE**RESUMO DE CONTRATO DE LOCAÇÃO - CONTRATO Nº 130/2017-SGA**

Processos: 003.0.10878/2017 e 003.0.23210/2017 - Dispensa de licitação nº 127/2017-DA.

Parecer jurídico: 839/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Ricardo Nascimento dos Santos.

Objeto: Locação de imóvel urbano, para fins não residenciais, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga.

Valor mensal: R\$ 3.100,00 (três mil e cem reais).

Valor global anual estimado: R\$ 37.200,00 (trinta e sete mil e duzentos reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 03.122.503.2047 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 -Natureza de Despesa 33.90.36.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente dos Contratados.

Prazo de vigência: 03 (três) anos, a começar em 01 de outubro de 2017 e a terminar em 30 de setembro de 2020.

RESUMO DO PRIMEIRO ADITIVO AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2013

Processo: 003.0.12829/2017.

Parecer jurídico: 737/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Estado da Bahia, através da Companhia de Processamento de Dados do Estado da Bahia - PRODEB, CNPJ nº 13.579.586/0001-32.

Objeto do termo de cessão: Cessão, a título gratuito, do direito de uso do aplicativo que compõe o "Sistema de Avaliação de Desempenho" da PRODEB.

Objeto do aditivo: prorrogação do período de vigência do termo de cessão original por mais 48 (quarenta e oito) meses, a contar do dia 21 de agosto de 2017.

PORTARIA Nº 286/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando os fatos narrados no procedimento nº 003.0.19253/2017 e a necessidade de apuração de possíveis faltas administrativas na violação do contrato nº 146/2015-SGA, com possibilidade de penalidades legais, e tendo em vista o quanto disposto no art. 185, inciso IV da Lei Estadual nº 9433, de 01 de março de 2005, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, resolve instaurar Processo Administrativo para apurar a conduta da empresa contratada, bem como constituir comissão processante para este fim, composta pelos servidores Sérgio Conceição Carneiro, que a presidirá, Adelson Gonzaga de Souza e Leonardo Borges Castelar Sampaio.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 09 de outubro de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 287/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando os fatos narrados no procedimento nº 003.0.19253/2017 e a necessidade de rescisão unilateral do contrato nº 146/2015 - SGA, com fulcro no art. 167, III e V, da Lei Estadual nº 9433 de 01 de março de 2005, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa, resolve instaurar Processo Administrativo para apurar a conduta da empresa contratada, bem como constituir comissão processante para este fim, composta pelos servidores Sérgio Conceição Carneiro, que a presidirá, Adelson Gonzaga de Souza e Leonardo Borges Castelar Sampaio.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 09 de outubro de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 288/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, considerando os fatos narrados no procedimento nº 003.0.7557/2017 e a necessidade de apuração de possíveis faltas administrativas, com possibilidade de penalidades legais, e tendo em vista o quanto disposto no art. 184, incisos I e III, da Lei Estadual nº 9433, de 01 de março de 2005, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório, resolve instaurar Processo Administrativo para apuração, bem como constituir comissão processante para este fim, composta pelos servidores Sérgio Conceição Carneiro, que a presidirá, Adelson Gonzaga de Souza e Leonardo Borges Castelar Sampaio.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 09 de outubro de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares
Superintendente de Gestão Administrativa

ILEGÍVEL

Valor global estimado: R\$ 5.592,00 (cinco mil quinhentos e noventa e dois reais).

Dotação orçamentária: Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0003 - Ação (P/A/OE) 2000 - Região 9900 - Destinação de Recursos 100 - Natureza de Despesa 33.90.36.

Forma de Pagamento: ordem bancária para crédito em conta corrente do Contratado.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses, a começar em 01 de outubro de 2017 e a terminar em 30 de setembro de 2018.

PORTARIA Nº 291/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar a servidora Daise Roseane Pinheiro de Araújo, matrícula 352.745, para exercerem as atribuições de fiscal do contrato nº 140/2017-SGA, relativo à prestação de serviços de mensageiro motorizado para atender à Promotoria de Justiça de Esplanada.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 11 de outubro de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

PORTARIA Nº 292/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar os servidores Yvelise Silva Moraes, matrícula 353.243, e Aldo André Barros Góis, matrícula 352.069, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 130/2017-SGA, relativo à locação de imóvel destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 11 de outubro de 2017.

Frederico Wellington Silveira Soares

Superintendente de Gestão Administrativa

RESUMO DO QUARTO TERMO ADITIVO A CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATO Nº 156/2013-SGA.

Processo: 003.0.19931/2017.

Parecer jurídico: 912/2017.

Partes: Ministério Público do Estado da Bahia e Empresa Midiaclip LTDA, CNPJ nº 04.476.582/0001-38.

Objeto contratual: Prestação de serviços de monitoramento e clipagem jornalística de sites e portais jornalísticos de Salvador, interior da Bahia e nacionais.

Objeto do Aditivo: prorrogar o prazo de vigência do contrato original por mais 12 (doze) meses, a contar de 24/10/2017 até 23/10/2018.

Dotação orçamentária: Código Unidade Orçamentária/Gestora 40.101/0029 - Destinação de Recurso (Fonte) 100 - Ação (P/A/OE) 2050 - Região 9900 - Natureza de Despesa 33.90.39.

PORTARIA Nº 293/2017

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais, resolve designar o servidor Pedro Álvaro Soussa Nuno Pereira, para substituir o servidor Alex Cardoso de Oliveira na Comissão de Inventário de Bens Permanentes, de acordo com a Portaria nº 274/2017, publicada no DJE de 03 de outubro de 2017.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 11 de outubro de 2017.

FREDERICO WELINGTON SILVEIRA SOARES

Superintendente de Gestão Administrativa

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 22/2017

Procedimento: nº 003.0.9783/2017 - Pregão Eletrônico nº 28/2017 - Objeto: Registro de preços de micro-ondas e cafeteira.

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses a partir desta publicação. Data da Assinatura: 28/09/2017.

ILF



MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DA BAHIA

Nº 52
CX - 9

APOSTILA APURAÇÃO DE PREÇOS - SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	
CONTRATO Nº 130/2017 - SGA	APOSTILA Nº 01
LOCADOR: RICARDO NASCIMENTO DOS SANTOS	CPF: [REDACTED]
OBJETO: Locação de Imóvel Urbano, para fins não residenciais, situado à Praça Dois de Julho, nº 364, Paripiranga-BA, CEP 49.430-000, destinado ao funcionamento da Promotoria de Justiça de Paripiranga-BA	
VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2017 a 30 de setembro de 2020	
DURAÇÃO: 03 anos	
ÍNDICE DE REAJUSTE: IGPM-FGV	
CÁLCULO DA VARIAÇÃO CONTRATUAL CONFORME ARTIGO 135, DA LEI ESTADUAL Nº. 9.433/05 E CONDIÇÕES CONTRATUAIS, CONFORME DISPOSTO NA CLÁUSULA QUINTA DO REFERIDO CONTRATO	
DADOS DO CONTRATO ANTES DO REAJUSTE	
VALOR MENSAL LOCAÇÃO R\$:	3.100,00
VALOR ANUAL LOCAÇÃO R\$:	37.200,00
PERÍODO DE APLICAÇÃO:	outubro de 2017 a setembro de 2018
DADOS DO CONTRATO APÓS O REAJUSTE	
VALOR LOCAÇÃO R\$:	3.411,54
VALOR ANUAL LOCAÇÃO R\$:	40.938,48
PERCENTUAL REAJUSTE ANUAL:	10,04958%
PERÍODO DE APLICAÇÃO:	outubro de 2018 a setembro de 2019
NEGOCIAÇÃO DO PERCENTUAL DE REAJUSTE	
TIPO	COMENTÁRIO
REPASSE INTEGRAL:	SIM
REPASSE PARCIAL:	
NÃO HOUVE REPASSE DO REAJUSTE:	
DE ACORDO:	
Salvador, 18 de outubro de 2018.	
 LOCADOR	 LOCATÁRIO

Mª Amália B. Franco
Gerente
Cad. 351.470

Dicofin

*Anexo ao con-
tudo nº 330/33 -
SGA - Locação
Rui Pimenta



Calculadora do cidadão

Acesso público
01/11/2018 - 09:52
[CALFW0302]

Início → Calculadora do cidadão → Correção de valores

Resultado da Correção pelo IGP-M (FGV)**Dados básicos da correção pelo IGP-M (FGV)****Dados informados**

Data inicial	10/2017
Data final	09/2018
Valor nominal	R\$ 3.100,00 (REAL)

Dados calculados

Índice de correção no período	1,1004958
Valor percentual correspondente	10,0495800 %
Valor corrigido na data final	R\$ 3.411,54 (REAL)



APT		Apostila de Contratos e Documentos Assemelhados		40101.0003.18.0000555-7	
Nº do Instrumento (INT): 40101.0003.17.0000207-9		Data da Apostila: 01/11/2018		Valor da Apostila: 7.476,96 <input checked="" type="checkbox"/> Adição <input type="checkbox"/> Redução <input type="checkbox"/> Remanejamento	
Unidade Orçamentária: 40101 - Superintendência de Gestão Administrativa					
Unidade Gestora: 40101.0003 - Diretoria Administrativa do Ministério Público					
Tipo Instrumento: Contrato		Nome do Credor: Ricardo Nascimento Dos Santos		CPE/CNPJ do Credor: [REDACTED]	
Início da Vigência: 29/09/2017		Fim da Vigência: 28/09/2020		Valor Inicial do Instrumento: R\$ 111.600,00	
Saldo Disponível: 67.576,92		Retenção da Lei Anticalote?: Não		Valor Atual do Instrumento: R\$ 111.600,00	
Situação: Incluído					
Justificativa: REAJUSTE ANUAL PELO IGPM CONFORME APOSTILA 01					

DEMONSTRATIVO POR DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Exercício:	Dotação Orçamentária:	Valor da Dotação:	Saldo Disponível:	Tipo de Gasto:	Acréscimo:	Redução:	Valor Atualizado:
2018	40101.0003.03.122.503.2047.9 900.33903600.0100000000.1	37.200,00	2.476,92	GERAL	934,62		3.411,54
2019	40101.0003.03.122.503.2047.9 900.33903600.0100000000.1	37.200,00	37.200,00	GERAL	3.738,48		40.938,48
2020	40101.0003.03.122.503.2047.9 900.33903600.0100000000.1	27.900,00	27.900,00	GERAL	2.803,86		30.703,86

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Dotação Orçamentária: 40101.0003.03.122.503.2047.9900.33903600.0100000000.1

Data Vencimento:	Saldo Disponível:	Acréscimo:	Redução:	Valor Atualizado:
01/12/2018	2.476,92	934,62		3.411,54
01/01/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/02/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/03/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/04/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/05/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/06/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/07/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/08/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/09/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/10/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/11/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/12/2019	3.100,00	311,54		3.411,54
01/01/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/02/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/03/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/04/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/05/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/06/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/07/2020	3.100,00	311,54		3.411,54
01/08/2020	3.100,00	311,54		3.411,54



01/09/2020	3.100,00	311,54	3.411,54
------------	----------	--------	----------